

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**



PRISCILA MARTINS PALACCI DOS SANTOS

**ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO BANCO COMUNITÁRIO
DE DESENVOLVIMENTO JUSTA TROCA**

PORTO ALEGRE - RS

PRISCILA MARTINS PALACCI DOS SANTOS

**Engajamento e participação no banco comunitário de
desenvolvimento Justa Troca**

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado ao Departamento de
Ciências Administrativas da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel no
curso de administração.
Orientador: Pedro Costa

Porto Alegre
2020

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo avaliar o engajamento da comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida com o Banco Comunitário Justa Troca, para isso foi feita uma apresentação na comunidade e de seu histórico, uma avaliação dos impactos do banco na comunidade e, posteriormente, levantadas as possíveis limitações encontradas pelo banco para ampliar o engajamento e a participação da comunidade em suas atividades. Utilizou-se, como método, a pesquisa qualitativa exploratória com as seguintes ferramentas: observação participante, entrevistas semiestruturadas e dados secundários. Constatou-se baixo aprofundamento teórico nos estudos das dinâmicas de engajamento e participação em empreendimentos de economia solidária, em especial bancos de desenvolvimento, além de limitadores bastante amplos e interligados que referem-se, especialmente, à comunicação, à sistemas internos de gestão e à questões relacionais envolvendo a liderança local e a sensação de reconhecimento e pertencimentos dos principais atores envolvidos com o banco.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Economia Solidária. Engajamento. Participação.

Abstract

The objective of this work was to evaluate the engagement of the Vila Nossa Senhora Aparecida community with the Justa Troca Community Bank, for which a presentation was made in the community and its history, an evaluation of the bank's impacts on the community and, later, the possible limitations encountered by the bank to increase community engagement and participation in its activities. Qualitative exploratory research was used as a method with the following tools: participant observation, semi-structured interviews and secondary data. There was little theoretical deepening in studies of the dynamics of engagement and participation in solidarity economy enterprises, especially development banks, in addition to very broad and interconnected constraints that refer, especially, to communication, internal management systems and the relational issues involving local leadership and the feeling of recognition and belonging of the main actors involved with the bank.

Keywords: Community Development Banks. Solidarity economy. Engagement. Participation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
JUSTIFICATIVA	9
1. EMBASAMENTO TEÓRICO	12
1.1 Economia Solidária	12
1.2 Engajamento e Participação	18
1.3. Bancos Comunitários de Desenvolvimento	24
1.4 As possibilidades de entendimento do engajamento e da participação em Bancos Comunitários de Desenvolvimento	28
2. MÉTODO DE PESQUISA	35
2.1 Observação Participante	37
2.2 Dados Secundários	39
2.3 Entrevistas Semiestruturadas	40
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
3.1 Histórico de formação, a comunidade: Vila Aparecida	42
3.2 Empreendimentos de economia solidária na comunidade	47
3.3.1 O Banco Comunitário Justa Troca	50
3.3.2 A parceria com a Nexus – ampliação das atividades	53
3.3.3 As atividades do banco	56
3.4 Análise dos dados	66
3.4.1 Comunicação	68
3.4.2 A Comunidade e a motivação	73
3.4.3 Liderança e questões de gestão interna	78
3.4.4 Aspectos relacionais	80

3.4.5 Questões estruturais e o projeto da Nexus – as consequências das limitações trazidas anteriormente	83
3.5. A síntese do engajamento	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERENCIAIS TEÓRICOS	99

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com maiores indicadores de desigualdades socioeconômicas do planeta e o cenário político recente, marcado por contrarreformas, tende a acentuar este quadro, através da retirada sistemática de direitos dos trabalhadores, do desmonte de políticas públicas, da fragilização dos espaços de controle social e do sucateamento dos serviços públicos, ameaçando, ainda mais pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha¹, em 2019, com enfoque nas desigualdades sociais no Brasil, 86% dos entrevistados afirmaram que o progresso do Brasil está condicionado à redução da desigualdade entre pobres e ricos; 77% concordam com a taxação de grandes fortunas para financiar políticas sociais e 84% concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres. O que demonstra incongruência entre o posicionamento da maioria dos brasileiros, conforma a pesquisa, e a linha de governo seguida pela presidência.

Mesmo antes da mudança política o crescimento das desigualdades sociais já era um sério problema no Brasil. Os hiper-ricos influenciam cada vez mais o controle da economia e da política em âmbito global (POCHMANN, 2015). O sistema socioeconômico vigente tem a capacidade de produzir muitos bilionários, mas é incapaz de proporcionar uma vida economicamente mais igualitária para todos. O que se nota é o agravamento de todos os problemas, o que impulsiona a humanidade para cada vez mais situações catastróficas. Essas condições são enfrentadas de diversas formas, no Brasil e no mundo, dentre elas práticas associativistas de colaboração e cooperação mútuas.

A construção de diferentes formatos associativos como meio de enfrentamento coletivo dos problemas sociais e ambientais tem sido uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores e produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo, já que nem o Estado nem as empresas oferecem soluções a essas necessidades, pelo menos no médio prazo. (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 278).

¹ <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2019/>

Dadas essas condições, empreendimentos de economia solidária tornam-se ainda mais dependentes de seus colaboradores diretos para continuar existindo, pois as políticas públicas desse campo também foram descontinuadas.

Esses empreendimentos objetivam melhorar a qualidade de vida das pessoas da comunidade na qual estão inseridos, reduzindo as desigualdades sociais e dando oportunidades para aqueles que, em geral, são negligenciados. Porém, os fatores norteadores dessa relação se modificam sem a falta de incentivo externo. Não se trata apenas de recursos financeiros, já que com o aumento do desemprego, da perda do poder aquisitivo e da exigência de tempo dedicado ao trabalho torna-se mais desafiador encontrar pessoas dispostas a se engajar nesses empreendimentos.

Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de analisar os desafios de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) localizado em Porto Alegre e fundado em 2015, que se chama Banco Justa Troca.

Bancos comunitários são iniciativas locais que, mediante formação de lastro, emitem uma moeda, que é aceita em estabelecimentos comerciais de um território limitado. Tal dinâmica tende a fortalecer os circuitos econômicos locais por meio da articulação entre oferta e demanda de produtos e serviços. Ademais, os BCD também podem promover ações de capacitação organizacional e econômica que potencializem os empreendimentos locais para aumentar e qualificar a sua oferta, ou que fomentem que pessoas possam constituir atividades novas de geração de trabalho e renda dentro de um determinado território.

Essa experiência do Banco Justa Troca está localizada em uma comunidade da zona norte de Porto Alegre e tem enfrentado o desafio de fazer com que a comunidade participe das atividades promovidas pelo banco e acesse os serviços financeiros que estão sendo ofertados.

Dessa forma o objetivo central deste trabalho é avaliar o engajamento da comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida com o Banco Comunitário Justa Troca. Para isso, apresentaremos o Banco e as iniciativas de economia solidária próximas a ele e a comunidade da Vila Aparecida, a fim de entender melhor as

dinâmicas entre essas peças-chave. Posteriormente será feita uma avaliação dos impactos sociais e econômicos das atividades do banco na comunidade, mediante a percepção do grupo mobilizador, de alguns indicadores de controle do próprio banco e da percepção de moradores da comunidade. A partir dessa avaliação será possível identificar as limitações encontradas pelo banco e identificar quais possíveis caminhos seguir para transpô-las. Portanto, os objetivos específicos deste trabalho são:

1. apresentar o Banco e as iniciativas de economia solidária da comunidade da Vila Aparecida;
2. Avaliar os impactos sociais e econômicos das atividades do banco na comunidade;
3. Identificar as limitações encontradas pelo banco e identificar quais possíveis caminhos seguir para transpô-las.

Para alcançar estes objetivos, foi realizada uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, baseada em entrevistas, pesquisa documental e observação participante, a fim de compreender as dinâmicas locais de mobilização e encontrar explicações e possíveis soluções para reverter a baixa participação até então verificada.

1.1 Justificativa

Diversas proposições são feitas em estudos motivacionais e comportamentais, mas esses estudos, no geral, se limitam a tratarem de liderança e formas de motivação dentro de empresas e escolas, ligadas especialmente a endomarketing e incorporação de comportamentos positivos já previstos em uma realidade enraizada no cotidiano. Quando se trata de engajamento escolar o enfoque é a motivação e participação dos alunos nas atividades, de forma focada, e não apenas para cumprir tarefas. A abordagem pode ser a partir da equipe gestora, como nos estudos de Penna e Marin (2019), na importância do suporte social representado pelos círculos mais diretamente envolvidos: familiar e docente, como nos estudos de Coelho e Dell'Aglio (2018).

Dentro dos estudos organizacionais as possibilidades de abordagem da temática que circunscreve o engajamento são ainda mais amplas. Um estudo exploratório sobre os componentes do comprometimento organizacional, realizado por Medeiros, Albuquerque, Marques e Siqueira (2005) faz o esforço para elencar os constructos presentes e norteadores de determinados comportamentos desejados e justifica-se justamente pela falta de consenso a esse respeito. Bergamini (1990) aborda a importância das características pessoais para o engajamento organizacional, apontando que fatores externos não possuem poder de influência suficiente neste âmbito.

Há também estudos mais direcionados ao engajamento militante e o envolvimento com causas sociais, e alguns serão utilizados nesta pesquisa. Porém a questão do engajamento parece ser naturalizada, como se fosse uma resposta automática do ser humano a determinadas situações que lhe geram incômodo. Mesmo em abordagens direcionadas ao estudo de bancos comunitários de desenvolvimento o enfoque geralmente é dado em suas realizações e não na questão motivacional, que foi percebida como fator determinante para o desempenho e continuidade do trabalho no banco Justa Troca.

Segundo Carvalho e Abramovay (2004) há um desinteresse do sistema financeiro formal em atender a população em situação de vulnerabilidade social,

este desinteresse marginaliza boa parte da população e, de certa forma, responsabiliza esta mesma população em suprir a própria demanda. Quando há uma organização e engajamento comunitário, essa demanda, até então negligenciada, pode ser suprida de maneira até mais eficaz do que seria caso realizada pelo sistema formal, que pouco conhece das especificidades desta comunidade.

Além disso, corroborando o argumento de Abramovay (2006 *apud* RIGO E FRANÇA FILHO 2017) sobre a importância de estudos empíricos no campo da economia e finanças solidárias, que pavimentam ou deveriam pavimentar ações de políticas públicas, incorporando as modificações do cenário político, que influencia de forma direta as práticas e empreendimentos de economia solidária, em especial os bancos comunitários de desenvolvimento, este trabalho traz um breve estudo referente às práticas sociais da comunidade na qual o banco Justa Troca está inserido, visto que a extinção de políticas públicas nessa área empurra a responsabilidade sobre a criação e manutenção desses empreendimentos apenas para a comunidade, tornando o engajamento e a participação de atores locais fator essencial para a criação e manutenção destas práticas.

O presente estudo busca não só começar a entender as dinâmicas sociais entre os atores locais da comunidade na qual o banco está inserido e os fatores determinantes para o engajamento nesse espectro, como também estabelecer possíveis formas de ação e focos de análise para empreendimentos da economia solidária que vêm enfrentando a ausência de participação comunitária efetiva, a partir do estudo dessas relações específicas.

Serão apresentados, ainda, alguns recortes da experiência de outros bancos, para que através de um breve comparativo seja possível perceber algumas similaridades e distanciamentos entre uma experiência e outra.

Este estudo se propõe a sinalizar e suprir parte de uma lacuna nos estudos envolvendo engajamento que não exploram este comportamento com relação a empreendimentos de economia solidária, e que, fundamentalmente, estão voltados a produzir conhecimento e fomentar os circuitos econômicos locais, como é o caso dos bancos comunitários de desenvolvimento. Em

pesquisas em base de dados, sobre o conceito de engajamento, não foram encontrados trabalhos sobre esse tema, aplicado a experiências como os BCD.

Do ponto de vista social, este estudo pretende servir de apoio para empreendimentos que passam por este desafio de motivar e envolver as comunidades nas quais estão inseridos, apontando possíveis causas e linhas de ação. Os dados coletados e suas conclusões serão entregues a membros do banco e da Unisol (central de cooperativas e empreendimentos solidários) com o intuito de difundir essas informações e auxiliar o maior número possível de empreendimentos de economia solidária.

O presente trabalho, apresenta, além desta Introdução, um capítulo dedicado à revisão teórica, dividido em três seções: na primeira seção são apresentados conceitos basilares sobre Economia Solidária já trazendo o enfoque que será adotado para este trabalho e suas razões; na segunda seção será apresentada revisão crítica sobre estudos a respeito de engajamento e comprometimento e na terceira será abordado o conceito e as dinâmicas que envolvem Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A seguir é apresentado um capítulo que descreve o tipo de pesquisa feita, o método de pesquisa utilizado e as técnicas que foram mobilizadas para coleta e análise dos dados empíricos. Em seguida um outro capítulo apresenta e discute os dados empíricos colhidos, a partir da lente teórica já apresentada anteriormente, e finalmente são feitas considerações finais a respeito da pesquisa.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo pretende construir a base teórica necessária para entender e refletir criticamente a respeito da experiência do Banco Justa Troca e das questões que podem ser limitadores para o engajamento comunitário no projeto. O capítulo se divide em três seções: na primeira se buscará conhecer e entender a Economia Solidária e sua inserção no contexto político brasileiro; na segunda seção será apresentada revisão crítica sobre estudos a respeito de engajamento e comprometimento e na terceira uma visão sobre o funcionamento de bancos comunitários de desenvolvimento.

Ao final da seção 1.2, a autora procura construir os possíveis laços teóricos entre o tipo de experiência descrito na primeira seção e o construto teórico/conceitual da segunda seção, trazendo um pouco das dinâmicas do banco para exemplificar os caminhos teóricos seguidos neste trabalho. Ao final deste capítulo, após a apresentação do funcionamento de bancos comunitários de desenvolvimento utiliza-se de breves comparativos com outros bancos comunitários, construindo, assim, uma base teórica capaz de entender e avaliar o engajamento comunitário no BCD estudado.

2.1 Economia Solidária

Amartya Sen (1999) trata da pluralidade de motivações do ser humano em argumento contra a lógica utilitarista dominante do mercado, trazendo a reflexão do quanto a economia se distanciou da ética apresentando-se, no geral, apenas como ética de mercado. Coraggio (2000), ao expandir este debate, sob a perspectiva da economia solidária, ao que ele denomina economia do trabalho (incluindo produções geradas e consumidas dentro do próprio ambiente doméstico) trata da lógica da reprodução ampliada da vida como contraponto à reprodução do capital. Essa reprodução ampliada da vida seria a conquista de uma melhor qualidade de vida através do desenvolvimento das capacidades individuais e das oportunidades sociais das pessoas. Amartya Sen também

defende o investimento nas capacidades individuais e coletivas como forma de desenvolvimento. Aponta que a ausência de condições básicas para sobrevivência veta essa possibilidade de crescimento.

Já para Laville e França Filho (2004) a economia solidária é uma forma híbrida que depende diretamente da intervenção estatal na regulamentação administrativa (perspectiva que decretaria um possível extermínio desses empreendimentos diante do cenário político atual), além de estar totalmente afastada da economia doméstica. Mas os autores não deixam de valorizar o desenvolvimento local gerado por experiências de economia solidária:

Em todo caso, as formas cooperativadas de produção, tratando-se de economia solidária, conhecem uma preocupação crescente com a questão do desenvolvimento local. Portanto, para além da sua ação no mercado, cujo benefício social restringir-se-ia apenas ao grupo dos cooperados internos [...] a tendência do movimento é aquela de valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante a ênfase nos impactos da organização na vida local. É exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, P. 18 E 19).

Apesar das divergências acerca da conceituação e amplitude da economia solidária, os pontos de convergência estão em torno de suas motivações e objetivos, na busca da redução das desigualdades sociais e econômicas, no desenvolvimento das capacidades de grupos marginalizados através da criação de oportunidades e na convicção de que a economia solidária não veio para substituir a forma de mercado existente e sim para somar, moldar, redesenhar. Para este estudo, será dado enfoque para um dos autores com visão mais otimista da economia solidária, que vê na autogestão a característica chave para empreendimentos solidários, não apenas por vermos a congruência entre seus pensamentos e o *modus operandi* do banco, que será analisado neste projeto, e dos empreendimentos em seu entorno, mas especialmente pela importância do engajamento nessa linha teórica.

A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sistematizados do seguinte modo: 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos

produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc. (SINGER, 2000b, p. 14).

O conceito de economia solidária tem sua origem na Europa a partir de experiências associativistas na primeira metade do século XIX, mas o Brasil foi pioneiro na instauração de políticas públicas de âmbito nacional para estimular esta prática com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, durante o governo Lula, comandada por Paul Singer durante treze anos e, inicialmente, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

As iniciativas de apoio à economia solidária se apresentam desde os anos 1980, e as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP, sendo o Governo do estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais. As políticas públicas voltadas para esta área passaram a ser articuladas recentemente, a partir do Fórum Social Mundial no final da década de 90, mas ainda assim estavam apresentando progressos importantes e em 2003 já eram 1,4 milhão de brasileiros envolvidos com atividades da economia solidária.

O grande crescimento na criação de cooperativas, especialmente após a década de 1990, traz a necessidade de articulação entre essas iniciativas dando origem a UNISOL (central de cooperativas e empreendimentos solidários) em março de 2000, primeiramente restrita ao estado de São Paulo, com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. No mesmo ano a CUT (Central Única dos Trabalhadores) lançou a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local nas várias regiões do país. Para levar adiante o projeto de inclusão econômica e social, de

democratização nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho, a UNISOL e sindicatos passam a articular-se em âmbito nacional.

É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia (ARRUDA, 1996: 4)

Segundo Rigo (2014) o processo de instituição de uma política pública com foco nas finanças solidárias está vinculado, em última instância, à própria criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). O processo de reconhecimento institucional destas práticas estava sendo atestado, entre outras coisas, pela viabilização de editais públicos em 2011 e 2013 pela SENAES/MTE para apoio à replicação e consolidação de bancos comunitários, além da constituição da rede nacional de bancos comunitários, e a definição das finanças solidárias como uma das áreas de atuação estratégica da SENAES (RIGO, 2014)

Pressupomos que os BCDs são capazes de promover transformações nas relações socioeconômicas no território e os usos de moedas sociais são parte fundamental neste processo. No entanto, as experiências de organização coletiva, de modo geral, e as dos BCDs, em particular, enfrentam desafios que podem comprometer não apenas sua sobrevivência no território, mas a constituição de uma política pública de finanças solidárias com base nos BCDs que passa a se concretizar no Brasil com o apoio direto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde 2005. (RIGO E FRANÇA FILHO, 2017, P.13)

Segundo Zouain e Barone (2007) o governo vinha assumindo diretamente o papel de formulador e indutor de políticas públicas na concessão de microcréditos e inserção da população de baixa renda no sistema financeiro, com intuito de monetizar essa população e com isso fomentar a economia e criar postos de trabalho. O trabalho de base para fomentar a expansão das microfinanças no país foi realizado em 1996 com a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular e do Programa de Desenvolvimento Institucional pelo BNDES. Entre 2003 e 2006 o objetivo do governo era “bancaizar” a população

de baixa renda, ampliando a oferta de microcrédito envolvendo bancos públicos. (BARONE; SADER, 2008)

Em continuidade a esse programa, em 2005 foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do Ministério do Trabalho e Emprego. Para Braga (2011) seu principal objetivo foi disponibilizar recurso produtivo de maneira orientada a fim de incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores dos setores populares. Este programa representou um importante avanço na expansão de microfinanças habilitando nossas instituições a ofertá-las e promovendo a articulação entre elas. (BARONE; SADER, 2008; FRANÇA FILHO; RIGO; MEYER 2012).

Em agosto de 2011 uma revisão do PNMPO dá origem ao projeto Crescer, encarregando bancos públicos de aumentar a oferta de microcrédito a juros baixos para microempreendedores individuais e microempresas, uma das metas para 2013 era atingir uma carteira de 3,4 milhões de clientes para esses bancos (em 2011 eram 734,2 mil segundo Sebrae). No Plano Plurianual (PPA) de 2008 e 2011, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento dessa Secretaria definiu como um dos objetivos o “Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários”. (SENAES/MTE, 2013)

Porém o golpe, que destituiu a presidente Dilma Roussef em 2016, e as mudanças políticas subsequentes frearam os avanços nessa área. A SENAES foi rebaixada a subsecretaria durante o governo Temer e deixou de existir, passando a ser um departamento do Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 870/2019, publicada em 1º de janeiro daquele ano. Importante salientar que a SENAES era vinculada ao Ministério do Trabalho, também extinto durante o governo Bolsonaro. A economia solidária foi fragmentada neste processo, pois ficou associada à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, sendo que boa parte de seus representantes se encontram no campo. O setor rural da economia solidária agora é parte do Ministério da Agricultura, subordinado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Segundo a definição de Laville e França Filho (2004), este cenário dificultaria, talvez a ponto de inviabilizar, práticas da economia solidária devido a fragmentação da parte do poder público, dada sua dependência deste suporte.

Não há dúvidas que as políticas públicas nesta área vieram na contramão do trabalho anterior, que fazia do Brasil referência em iniciativas políticas dentro da economia solidária. Este desequilíbrio entre os dois grandes suportes de empreendimentos solidários (o suporte do poder público e o comprometimento das pessoas diretamente envolvidas) torna essencial a compreensão das dinâmicas que geram este engajamento nos indivíduos e nas comunidades nas quais estes empreendimentos estão inseridos.

Associações baseadas nos princípios da economia solidária apresentam diversas características que não as tornam, em uma avaliação imediata, competitivas em um mercado capitalista. Elas visam algo além do lucro, estão focadas em desenvolvimento socioeconômico, em bem-estar social. Por apresentarem essa outra dinâmica, de não subvalorização do trabalho, o aparato que se faz necessário para que elas se desenvolvam é distinto ao de um empreendimento norteado pelo lucro e regido essencialmente pelas leis de mercado. Este ponto é o que tornaria essencial para empreendimentos de economia solidária tanto o incentivo governamental (enquanto política pública de combate às desigualdades sociais e promotora de bem estar social entre comunidades marginalizadas) quanto o engajamento dos atores sociais diretamente envolvidos nestes empreendimentos e daqueles que vivem nas comunidades nas quais atuam.

Diante do atual retrocesso das políticas públicas, o engajamento dos atores envolvidos ganha o papel de único pilar de sustentação para essas práticas. Para demonstrar essa constatação basta trazer o exemplo do outro banco comunitário de desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, o banco Cascata. O banco Justa Troca e o banco Cascata formam projetos paralelos, desenvolvidos no mesmo período e contando com o mesmo suporte, tanto do NEGA quanto do banco Palmas.

Porém, o banco Cascata sequer chegou a emitir moeda até o período de término desta pesquisa, visto que não conseguiu captar recursos externos para tal. Importante salientar dentro desta experiência que o aporte mantenedor das atividades do banco Justa Troca é oriundo de uma instituição sem fins lucrativos, de fora do país, mantida por uma central sindical, e que só chegou até o banco graças a contatos anteriores com a Justa Trama (um outro empreendimento de

economia solidária que faz parte do complexo no qual o banco está inserido e que será apresentada, assim como os demais empreendimentos deste complexo, no capítulo 3.2).

2.2. Engajamento e Participação

Perante um arcabouço tão grande de desdobramentos acerca do conceito de engajamento e suas formas de manifestação, por enquanto será dado enfoque na discussão acerca do que leva um indivíduo, grupo ou comunidade a se identificar com uma causa e por ela dedicar seu tempo e esforço, englobando o conceito de “comportamento consistente” de Becker (1960, p. 33), oriundo de *commitment* (comprometimento), expressando-se, na prática, pela participação continuada em alguma organização social e/ou política. Sawicki e Siméant (2011, p.201) entendem a sociologia do engajamento militante como toda forma de participação duradoura em ação coletiva que busque a defesa ou promoção de uma causa, reforçando essa questão da consistência e comprometimento.

Aqui pode-se levantar o ponto que, como organizações são formadas por pessoas, muitas vezes as divergências que geram o abandono deste comprometimento estão relacionadas aos atores formadores desta organização e não à causa e objetivos que os uniram. Esse aspecto não deve ser ignorado, porém, para fins deste trabalho serão avaliadas as questões motivadoras do engajamento que independem de questões pessoais entre os membros de uma organização. “As pessoas se engajam em ações coletivas porque elas compartilham certas normas e valores relacionados a áreas específicas de disputa política. Nesta perspectiva, a participação na ação coletiva é um processo de identificação” (DIANI, 2003, p. 23). E como destaca Passy (1998), o engajamento individual é a possibilidade de converter uma identificação com as causas e os objetivos de uma determinada organização, que se constrói a partir dos quadros culturais dos atores (p. 6). Recortando estes conceitos na perspectiva dos bancos comunitários de desenvolvimento:

Os BCDs, além de ampliarem o universo das microfinanças, recriam um “outro universo” ou campo, fundamentando-se em relações de

proximidade, confiança e de solidariedade, no intuito de promoverem o desenvolvimento local por meio do aproveitamento das capacidades endógenas. (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 24-25)

Essas relações de confiança e solidariedade adensam o processo de identificação e o fortalecimento do grupo gerando a sensação de pertencimento. Estes e outros fatores, que serão citados a seguir, determinam o nível de envolvimento dos sujeitos com uma causa, um grupo, e/ou uma empreitada. Este envolvimento, para fins deste estudo será medido em critérios de participação, entendido como esporádico, e engajamento, com comprometimento.

Para Bordenave (1992), a participação estimula o crescimento da consciência crítica da população, fortalece sua capacidade de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Para o autor “[...] a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como são a comida, o sono e a saúde.” (p.16)

Em estudo que analisa as lógicas de sustentação do trabalho voluntário, realizado por Caldanha e Figueiredo (2008), através de entrevistas com voluntários de duas ONGs e duas empresas privadas que trabalham com voluntariado corporativo, infere-se que suprir a necessidade de estima é fator presente em boa parte dos casos, um desejo por reconhecimento que não é atingido apenas pelos cargos que ocupam. Entretanto os autores consideram como elemento chave a questão religiosa, como fator gerador da consciência e da cultura de amor ao próximo. Além disso, para os autores, dentro dos perfis analisados não há um questionamento sobre o voluntariado estar tratando um subproduto do próprio processo capitalista no qual estão inseridos.

A lógica de sustentação da atividade voluntária passa pelo fato de esta ser uma ação possível dentro do sistema do Capital, realizando as atividades de estima que o trabalho em uma empresa capitalista talvez não proporcione. Nas entrevistas realizadas nota-se que o voluntariado é dirigido para a resolução dos problemas gerados pelo sistema de Capital, sem, contudo, questionar os processos que geraram tais problemas e que, justamente por isso, é permitido e incentivado pelo próprio sistema. (CALDANHA E FIGUEIREDO, 2008, p 473-474).

A partir da dificuldade de uma definição de origem mais elaborada e deste ser um conceito trabalhado comumente interligado a fatos, pessoas ou

entidades, será feito aqui um esforço de recorte teórico para embasamento do estudo.

(...)semelhante à maneira pela qual o esgotamento foi, a princípio, um constructo atribuído à psicologia pop (MASLACH, SCHAUFELI, & LEITER, 2001), o engajamento é um conceito com uma rede nomológica escassa e diversificada, teórica e empiricamente demonstrada - as relações entre potenciais antecedentes e as consequências do engajamento, bem como seus componentes, não foram rigorosamente conceituados, muito menos estudados. De fato, muitos consultores de RH evitam definir o termo, referindo-se apenas às suas supostas consequências positivas. No mínimo, permanece a questão de saber se o engajamento é um conceito único ou apenas uma nova roupagem de outros construtos - o que Kelley (1927, citado em LUBINSKI, 2004, p. 98) chamou de *Jangle Fallacy*. (MACEY e SHNEIDER, 2008, p. 3-4 tradução da autora)

Partindo do engajamento cívico, Oliveira e Santos (2013) apresentam brevemente três vertentes: a de Bernie Ronan (apud GOGGIN E ADLER, 2005) que o exprimi como uma forma de redescobrir a política através da cidadania, implicando em um trabalho feito publicamente, pelo público e em seu benefício; a do Minnesota Vital Aging Network (idem) que faz a distinção entre atividades de serviços e atividades cívicas, sendo as primeiras voltadas a suprir uma necessidade e a segunda a deliberações destinadas às questões públicas, havendo assim a necessidade de uma liderança, uma figura pública; e o engajamento como mudança social, de David Crowley (ibidem) que descreve o sujeito ativo e participativo na vida da comunidade com o intuito de ajudar a moldar seu futuro. Em concordância com esta última, que faz parte da linha que será seguida para este trabalho, entende-se duas formas de engajamento cívico, que podem ser percebidas de maneira complementar ao pensarmos em um sentido mais amplo de participação.

A primeira forma de engajamento em ação coletiva analisada é a participação em associações de âmbito nacional, com claros objetivos políticos e voltadas para a defesa de interesses específicos: partidos políticos e sindicatos. (...) A segunda variável dependente analisada indica a participação em grupos sociais locais, como grupos de mães, associações de bairro e grupos de igreja. (RENNÓ, 2003, p.72)

Aqui, inserido na abordagem do engajamento militante, percebe-se não só a permanência da crítica quanto à naturalização e pouco aprofundamento no sentido mais amplo do termo, como também a polarização de estudos entre

análises mais voltadas para o sujeito e análises mais voltadas para interação entre sujeitos.

Um dos principais obstáculos epistemológicos ao desenvolvimento do campo de pesquisa sobre engajamento militante no Brasil é o predomínio de perspectivas teóricas que naturalizam o envolvimento em ações coletivas, tomando esse processo como decorrência automática de determinadas posições e/ou condições sociais. Kowarick (2000, p. 125-126), por exemplo, apresenta uma crítica ao “deducionismo das condições objetivas”, que marcou grande parte da literatura dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970 e 1980 (inclusive a do próprio autor), o qual derivava mecanicamente os processos de mobilização popular das condições de pauperização econômica, espoliação urbana e/ou opressão política. Apesar de uma longa trajetória de críticas a essas perspectivas (Olson, 1999; Melucci, 2001; Sader, 1988), ainda é recorrente no senso comum acadêmico brasileiro o recurso a esse tipo de “explicação” que, em última instância, exime o pesquisador de efetivamente explicar os processos de engajamento. Confrontando essa naturalização, podemos identificar quatro perspectivas que desenvolveram argumentos para explicar os processos de engajamento: disposicional, identitária, relacional e retributiva. (SILVA e RUSKOWSKI 2016 p193-194).

A perspectiva disposicional está ligada às características do indivíduo, suas inclinações, percepções, forma de ler o mundo, embasada, de forma mais geral, nas formulações de Bordieu (1983a) sobre o *habitus* salientando a importância das disposições incorporadas ao longo da trajetória pregressa dos indivíduos na conformação de suas práticas. A identitária trata da sincronia entre as identidades (formas de se ler) dos indivíduos envolvidos e da identidade do sujeito com a identidade coletiva. A relacional foca na importância das relações pessoais no comportamento dos indivíduos e seu momento no ciclo da vida e a retributiva vem para contrapor a ideia de engajamento como ação individualmente desinteressada, motivado apenas pela identificação com a causa.

O compartilhamento de propriedades sociais entre um indivíduo e os membros de um grupo mobilizado e, portanto, a existência de uma comunhão de ideias e de *habitus* não bastam para orientar um indivíduo para determinado grupo mobilizado; na maior parte dos casos, a mediação de pessoas próximas é necessária, senão suficiente (Snow et al., 1980; Gould, 1991; Passy, 1998; Diani e McAdam, 2003; Duriez e Sawicki, 2003). Ainda que a existência de vínculos nem sempre comprove sua eficácia ou efetividade, os relatos biográficos frequentemente confirmam o papel dos pais, amigos, colegas, até mesmo de certas figuras tutelares (professor, sacerdote, militante exemplar...) na passagem à ação. (SAWICKI e SIMÉANT, 2011, p 213)

Portanto a ideia de engajamento enquadra tanto perfis psicológicos individuais, como as experiências e forma de ver o mundo de cada sujeito. Ampliando a percepção apenas do sujeito ele também é afetado pelas interações sociais que podem ser concretizados em fatores motivacionais e capazes de despertar interesses novos (ou aprofundar existentes). Em outro âmbito de análise também é importante levar em consideração fatores palpáveis como disponibilidade de tempo, percepção de retorno de suas ações (fator levantado como grande possível motivador diretamente ligado a questões de reconhecimento e pertencimento dentro de um grupo), a valoração deste tempo e energia dedicados na sua transformação em conquistas.

Compreende-se o engajamento como um movimento de autonomia e de transformação social. Bourdieu (2007), avalia o engajamento de pessoas inseridas no contexto universitário como um meio de “alienação” de maneira que, a função essencial é de forma paradoxal negar a realidade desse mesmo mundo. Tal compreensão, traz a possibilidade de refletir sobre os processos de atuação real e concreta das universidades buscando uma atuação direta nas comunidades.

Como um termo popular, o engajamento tem sido usado para se referir a um estado psicológico (por exemplo, envolvimento, comprometimento, apego, humor), desempenho (por exemplo, esforço ou comportamento observável, incluindo comportamento de cidadania pró-social e organizacional [OCB]) (por exemplo, afeto positivo [PA]) ou alguma combinação dos itens acima. Por exemplo, Wellins e Concelman (2005a, p. 1) sugeriram que o engajamento é "uma fusão de compromisso, lealdade, produtividade e propriedade". Como veremos, o uso do engajamento como um construto psicológico na literatura de pesquisa é não mais preciso; é comumente usado para se referir tanto ao desempenho do papel quanto a um estado afetivo, mesmo dentro do mesmo contexto de pesquisa (para uma exceção, ver Kahn, 1990). (MACEY e SHNEIDER, 2008, p.5 tradução da autora)

Diante da dispersão de significados que o conceito de engajamento assume em diferentes contextos e campos de conhecimento, o presente trabalho não vai avaliar a participação das pessoas de acordo com um tipo específico de classificação de níveis de engajamento. Por outro lado, os fatores ou indicadores de engajamento presentes na revisão de literatura serão usados como aproximadores para se fazer a avaliação sobre o engajamento geral da comunidade com o projeto do Banco Comunitário. O esforço fica destinado a

entender melhor a comunidade na qual o banco está inserido, seus mecanismos de interação, onde o banco pode estar falhando na comunicação e motivação destes indivíduos, quais as razões que os levariam a participar mais ativamente das atividades do banco e quais seriam limitantes para essa participação. Neste sentido o engajamento, para fins desta análise, está diretamente ligado ao comprometimento de Becker (1960), sendo percebido como um nível acima da participação, mesmo quando ela não é apenas pontual, ou seja, mesmo que a participação ocorra com alguma frequência ela ainda não representa engajamento quando não estiver diretamente ligada a um comprometimento com a causa.

Essa renovação parcial da sociologia do engajamento como um subproduto da sociologia das mobilizações teve importantes consequências. Embora muitas vezes assimiladas uma à outra, sociologia do engajamento e mobilização não se debruçam exatamente sobre as mesmas questões. Os sociólogos das mobilizações, em vista da dimensão pontual dos fenômenos observados, pouco se questionam sobre a perpetuação e a manutenção do papel do militante: em última instância, basta-lhes que pessoas se tenham mobilizado uma vez para que seu objeto exista! As mobilizações não repousam unicamente naqueles que as fazem e que podem ser considerados mais engajados: o êxito de uma mobilização vem também do fato de que a ela se associam, além dos convictos, outros atores cuja mobilização é pensada na curta duração. (SAWICKI e SIMÉANT, 2011, p 210)

Sendo assim, a participação ocorre mesmo apenas com a presença em uma feira ou oficina ofertada pelo Banco, ou até mesmo em alguns dos cursos ou eventos. A distinção está essencialmente na constância, mas também na origem da motivação. A realização de um curso está diretamente ligada a satisfação de um desejo ou necessidade que não se relaciona com o coletivo e a entrega de tempo e energia necessários para sua realização, quando não contemplada, reflete essencialmente sobre este mesmo indivíduo. Não será abordada aqui a discussão acerca do altruísmo e de como, mesmo em ações voltadas para o coletivo, existe a busca da satisfação pessoal.

A distinção tratada para fins desse trabalho não engloba questões tão individuais e subjetivas, o enfoque foi direcionado para perspectivas mais relacionais. A gestão do banco necessita para sua manutenção básica, de pessoas comprometidas com a tomada de decisão dentro da associação e isso

requer frequência em reuniões, auxílio na divulgação e organização de cursos e festas, entre outros. O engajamento está nessa entrega, de tempo e energia voltado para a construção coletiva, que muitas vezes irá gerar ações que contemplem os interesses individuais dos participantes e em muitas outras não.

Portanto o engajamento tratado aqui está diretamente relacionado a caracterização de comprometimento organizacional de Mowday, Porter e Steers (1982, p. 27) que determinam: “(a) uma forte crença e a aceitação dos objetivos e valores da organização; (b) estar disposto em exercer um esforço considerável em benefício da organização; e (c) um forte desejo de se manter membro da organização” como pontos cruciais para sua determinação.

Na mesma linha, Jaros, Jermier, Koehler e Sincich (1993) apontam que o comprometimento pode assumir três formas: a) Um vínculo psicológico afetivo através de sentimentos como, lealdade, afeição, amizade, alegria, prazer; b) Um vínculo de continuação, quando o indivíduo se sente preso a um lugar devido aos altos custos de deixar a organização; c) Um vínculo moral, como um senso de dever, uma obrigação, ou chamado, através dos objetivos, valores e da missão da organização.

Por conseguinte o engajamento abordado para fins dessa pesquisa trata do comprometimento com a causa, disposição a dedicar seu tempo não só para participar das atividades como também para auxiliar a divulgação e elaboração de projetos, discutir pautas, estreitar laços entre os membros da comunidade desenvolvendo vínculos morais e afetivos em torno de uma causa em comum que devem ser construídos e mantidos ao longo do tempo.

2.3. Bancos comunitários de Desenvolvimento

Como já abordado anteriormente, não há interesse do mercado financeiro formal em atender a população de mais baixa renda. Segundo Servet (2009) a questão da inclusão financeira no Brasil, em especial o acesso a crédito, tem se destacado na agenda pública desde a década de 90. Os microcréditos têm sido a principal tecnologia utilizada para atender a demanda desta população, que

compreende empréstimos de baixo valor, tipicamente ofertados por instituições da sociedade civil, programas públicos e até mesmo por linhas de crédito específicas em bancos comerciais.

As Instituições de Microfinanças (IMFs) passaram a fazer parte do complexo sistema financeiro brasileiro, ampliando a oferta de microcrédito para a população de baixa renda tipicamente oferecido com intuitos produtivos ou de consumo (RIGO E FRANÇA FILHO, 2017). No Brasil, o número de IMFs cresceu rapidamente e, em 2001, estimava-se um total de cento e vinte e uma instituições com uma carteira ativa de cerca de 140 milhões de reais. (NICTER; GOLDMARK; FIORI, 2002)

Diante do estudo das IMFs, deve-se abordar um outro grupo: o das chamadas finanças solidárias ou finanças de proximidade. Um dos principais focos dessas experiências é democratizar o sistema financeiro por meio da gestão comunitária dos recursos. (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2013). No Brasil encontramos três tipos principais de atores organizacionais que compõem o campo das finanças solidárias (segmento da economia solidária que leva em consideração as particularidades do território onde se inserem e as redes de relações de vizinhança): os fundos rotativos e cooperativas de crédito solidários e os bancos comunitários de desenvolvimento (RIGO E FRANÇA FILHO, 2017).

Um Banco Comunitário oferece serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária (Cooperação, Solidariedade, Autogestão, Democracia, Partilha). Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares. Sua gestão se dá na própria comunidade, por meio de uma entidade gestora composta por moradores da região onde atuará o Banco.

São características principais de um Banco Comunitário (NEGA 2017):

- a) A decisão da própria comunidade de criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
- b) Atuação sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local;
- c) A oferta de linhas de crédito que estimulem a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- d) O apoio aos empreendimentos com estratégias de comercialização como feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.;
- e) A atuação em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;
- f) O foco em um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aquele beneficiário de programas sociais governamentais de políticas compensatórias.

Tipicamente, são constituídos dois espaços apropriados à gestão coletiva: o Conselho Gestor e o Comitê de Análise de Crédito (CAC). As composições e representações nesses dois espaços são definidas pelos membros da comunidade envolvidos no processo de constituição do BCD. O Conselho Gestor diz respeito às assembleias de ordem mais geral, nas quais participam lideranças comunitárias e representantes de organizações locais, públicas e outras parceiras do BCD. Nessas assembleias, são traçadas diretrizes e tomadas decisões vinculadas às ações do BCD, como novas parcerias, captação de recursos etc. O CAC se constitui de um grupo de gestores do BCD (denominados agentes de crédito), mas que também conta com lideranças e representantes do território. Sua tarefa é se reunir para discutir e decidir sobre as solicitações de crédito. Além destes, os BCDs podem criar outros espaços e compor sua gestão como julgarem mais adequado. (FRANÇA FILHO et al., 2012 apud RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p.31)

Os agentes de crédito estão diretamente ligados à concessão de empréstimos, recebimento e cobranças (quando necessário), e desempenham papel fundamental no funcionamento do banco por lidarem diretamente com suas rotinas diárias. As linhas de créditos oferecidas são: crédito produtivo – direcionado a empreendedores locais para estimular a produção e oferta de bens e serviços e de crédito de consumo – sem juros e em moeda local para fomentar os circuitos econômicos internos.

Além disso as taxas de juros costumam girar entre 1 e 2,5% ao mês e o julgamento das solicitações de crédito é mais subjetivo não se prendendo ao formalismo regido por inúmeras legislações e documentos, sendo embasado pela especificidade de cada caso e da proximidade dos envolvidos. (FRANÇA FILHO ET AL, 2012; RIGO, FRANÇA FILHO, 2017). À vista disso é primordial a boa relação dos agentes de crédito e dos membros do comitê de análise de crédito com o maior número possível de atores da comunidade para que a concessão de empréstimos não fique encapsulada em um pequeno grupo.

Para França Filho e Santana (2013) os bancos comunitários de desenvolvimento são uma prática inserida nas finanças solidárias que apoiam economias populares a partir de dinâmicas associativistas locais para gerar e ampliar a renda no território. Finanças solidárias objetivam incluir indivíduos marginalizados pelo sistema financeiro tradicional, para Passos (2007) através da priorização daqueles que são excluídos do sistema tradicional direciona-se para um desenvolvimento humano integrado e sustentável.

Na visão dos teóricos do desenvolvimento local, o sucesso da gestão local do desenvolvimento depende, em parte, do poder de mobilização e de engajamento dos seus agentes sociais e da capacidade demonstrada por eles para pensar o local de forma integral, para que seus recursos produtivos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas (TERMES 1989 apud MOURA; LOIOLA; LIMA 1999)

Entre as peculiaridades dos BCDs França Filho e Silva Júnior (2009 apud RIGO; FRANÇA FILHO, 2017) destacam as garantias e formas de controle baseadas nas relações de proximidade e confiança, relações estas que fomentam também a circulação da moeda além do pagamento dos empréstimos. Neste sentido o funcionamento do banco estaria diretamente ligado à essas relações.

2.4 As possibilidades de entendimento do engajamento e da participação em Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Segundo o Cadernos Nega (2017), com o intuito de construir movimentos reais para transformação social nas comunidades e a reivindicação dos direitos sociais básicos, em 2014 surge na contramão imposta pelo sistema desigual, um projeto que estabelecia Bancos Comunitários em duas localidades de Porto Alegre.

Os Bancos Comunitários se tornam uma nova alternativa de enfrentamento a desigualdade social trazendo, para esses territórios, possibilidades de pensar a economia de forma diferente e junto à Universidade desenhando parcerias que fortaleçam as Políticas Públicas.

Para compreender o processo de implementação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, faz-se um mapeamento na comunidade em que ele será inserido. Este mapeamento é voltado para produção e consumo com o intuito de entender as necessidades desta comunidade. O Manual do Mapeamento da Produção, Prestação de Serviços e Consumo Locais da ITES (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia) repousa nos fundamentos do Plano Local de Investimento Estratégico (PLIES), e traz uma metodologia para gerar trabalho em territórios de baixa renda, concebido com o propósito de identificar e sistematizar as etapas relacionadas a processos de intervenção comunitária, entre eles a criação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Ele foi elaborado com base nas experiências da incubadora entre 2005 e 2010 por uma equipe de pesquisadores (graduação e pós-graduação), estagiários, técnicos e apoiadores externos. O manual baseia-se nos estudos de Verdejo (2006) e traz um passo a passo prévio que aborda também os fatores de percepção da comunidade quanto a sua possível participação e engajamento nas atividades que serão propostas a partir das necessidades por eles apontadas.

Tabela 1 – Diferentes níveis de Participação em Projetos Comunitários

Nível de Participação	Características
Passividade	As decisões são tomadas sem a consulta aos beneficiários
Fontes de Informação	Os beneficiários são ouvidos, mas a decisão cabe aos proponentes da ação
Consulta	Há a consulta aos destinatários da ação e suas opiniões são ouvidas, mas a decisão também cabe à coordenação da ação
Participação à base de incentivos materiais	A participação é proposta por meio da aquisição de bens materiais, com limitação ao poder de decisão
Participação funcional	São criados grupos de beneficiários previamente formados, que participam da tomada de decisão, muito embora se tornem independentes no transcorrer do projeto
Participação Interativa	Os destinatários da ação são incluídos em todas as fases do projeto e participam ativamente da tomada de decisões
Autoajuda	A comunidade é a fonte das ações e ela própria as executa

Fonte: Verdejo (2006, p.16)

Importante salientar que a participação tratada no trabalho de Verdejo (idem) concerne ao processo decisório, representativo do aspecto autogestionário dos bancos de desenvolvimento. Para fins dessa pesquisa a participação é percebida também em um âmbito mais ocasional (é inclusive neste aspecto que reside as distinções entre participação e engajamento), podendo ser computada a partir do envolvimento em atividades propostas pelo banco e pela associação.

Nos BCDs, a gestão coletiva dos recursos e das atividades marca seu papel enquanto tecnologia social apropriada pelos membros de uma comunidade. Esta “marca” parece importante em dois principais momentos: durante a implementação do BCD e, obviamente, durante o seu desenvolvimento. No primeiro momento, é importante a manifestação coletiva do interesse e a constituição de espaços institucionalizados nos quais as opiniões se manifestam e as decisões são tomadas. (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p.30)

O Nega realizou a pesquisa de dados quantitativos que tratam da viabilidade e da sustentabilidade do banco JT a partir da perspectiva gerada em um insight bastante difundido do banco Palmas “não somos uma comunidade pobre, somos uma comunidade empobrecida” pois ao analisar o perfil de consumo notou-se que muito dinheiro era ali produzido porém destinado a outros lugares. A partir desta percepção a criação de uma moeda local vem para contornar este problema através do fomento dos circuitos econômicos locais. Porém a questão do engajamento nessa linha de pensamento é tratada como inerente ao fato de se gerar um benefício coletivo, abordagem que na prática mostra-se distante da realidade.

Entretanto, nos casos dos bancos Cascata e Justa Troca, essa pesquisa não abrangeu um perfil comportamental dos moradores do que se refere às questões do engajamento. A busca do Banco Comunitário Justa Troca é chegar ao sétimo nível apontado por Verdejo (idem), porém o mapeamento feito anteriormente à implementação do banco não foi capaz de captar, motivar e compreender a comunidade em seus anseios. Além da questão teórica, tanto do método para implementação quanto das dinâmicas de engajamento e participação nas comunidades nas quais os bancos estão inseridos, faz-se necessária uma análise de outras experiências, pois quando se trata de iniciativas sociais na busca de redução das desigualdades, muitos aspectos são únicos de cada experiência, outros são similares dentro de um determinado grupo e outros ainda podem aparecer em diversas comunidades.

Desde a origem dos bancos comunitários de desenvolvimento, com a criação do Banco Palmas, em Fortaleza, Ceará, em 1998, uma rede brasileira de BCD's com suas moedas sociais vem se desenvolvendo. Em 2001 começa a circular a Palmas, em 2005 a Pirambú, também em Fortaleza, em 2009 já circulavam 49 moedas de BCD's no Brasil, em 2013 mais de 100. (RIGO, 2013). Embora cada experiência seja única, a própria criação do instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia solidária, em 2003, demonstra a relação entre essas experiências, seja na forma de um compêndio de informações e vivências relacionadas a criação e manutenção destes bancos, como na criação de uma rede de apoio e compartilhamento de experiências. Para contextualizar a realidade dos bancos comunitários no Brasil, trataremos brevemente sobre

algumas experiências que conversam com a questão do Banco Justa Troca, que será apresentado de forma mais completa posteriormente, no capítulo 3.

A maior parte das histórias de bancos comunitários no Brasil estão, de alguma forma, ligadas ao Banco Palmas, pois este toma medidas de incentivo à criação de outros bancos comunitários como é o caso do Banco Bem. Este nasceu a partir de oficinas e relatos de experiência e da doação de dezenove mil reais pelo Banco Palmas, possibilitando a criação da moeda social em 2005, que teve alcance em três bairros de Vitória (Espírito Santo). Em apresentação realizada no I Fórum Banco Central Sobre Inclusão Financeira, em 2009, Salvador², relata-se a experiência do banco cuja motivação parte do grupo de mulheres da Associação Ateliê de Ideias que sofria com a falta de crédito para o empreendimento de economia solidária. O Banco Bem é mediado através do Fórum Bem Maior que conta com lideranças comunitárias formais e informais para conectar a atuação do Ateliê e do Banco. Essa estratégia de gestão visa atender os objetivos da Associação: desenvolver soluções criativas, mobilizando e potencializando vocações locais, para gerar o desenvolvimento das comunidades atendidas.

Assim, o Fórum incidiu sobre políticas públicas e garantiu o controle social do Banco fazendo com que sua atuação alcançasse doze bairros, conhecidos como Território do Bem (com 31 mil habitantes), utilizando ainda moeda digital. Noticiado pelo G1³, em quatorze anos, o Banco ultrapassou o valor de dois milhões de empréstimos, com uma taxa de inadimplência nunca maior que 2%. A fila de espera em 2010 chegou a 352 entre empréstimos produtivos, para empreendimentos, e empréstimos de moradia, para construção e reformas. O banco também é um Correspondente Caixa Aqui, realizando transações e serviços bancários através da Caixa Econômica Federal.

O próprio Banco Palmas, pioneiro no Brasil, tem sua história atrelada à do conjunto Palmeiras, bairro com cerca de 40 mil habitantes da periferia do Ceará, e teve como protagonista a associação de moradores desta comunidade. Uma

² Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2009_11_61/12leonoram.l.mol-aexperienciadobancobemedaassociacaoateliedeideias.pdf

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/08/05/banco-comunitario-ajuda-a-melhorar-realidade-de-12-bairros-de-vitoria.ghtml>

frase bastante conhecida e propagada pela principal liderança do banco, Joaquim, é “somos uma comunidade pobre ou uma comunidade empobrecida?” pois sua construção foi embasada na percepção da realidade dos moradores da comunidade que lá estavam por não conseguirem arcar com os custos de vida após o processo de urbanização. Após pesquisa que englobava hábitos de consumo na comunidade se constatou que ali se produzia muito, porém o dinheiro era gasto fora da comunidade. Além disso havia muitos moradores marginalizados pelo sistema, que não conseguiam se inserir ou reinserir no mercado formal de trabalho.

Era, portanto, necessário encontrar uma iniciativa que fomentasse a geração de trabalho e renda e que incentivasse o consumo interno. Primeiramente foi criada uma linha de crédito, a palmcard, um cartão de crédito para ser usado na comunidade, que posteriormente foi substituído pela moeda social. Importante destacar que todo esse processo ocorreu inicialmente sem conhecimento prévio sobre os princípios da economia solidária e sem auxílio de universidades (Melo Neto, Magalhães 2003) e hoje o banco é responsável pelo auxílio técnico em diversas iniciativas semelhantes espalhadas pelos país. Nas palavras de Melo Neto e Magalhães (2003, p.24) “somente a convivência cotidiana com as contradições geradas pelas situações de extrema exclusão é capaz de possibilitar conhecimento e sabedoria para se fazer, de forma eficaz, a mais desafiadora de todas as gestões: a gestão da pobreza”.

Para entender melhor o surgimento do primeiro banco comunitário de desenvolvimento do país é preciso abordar o contexto da comunidade na qual se originou. Fortaleza, capital do Ceará, é um grande destino turístico brasileiro, especialmente atrativo por suas praias. Atualmente há uma grande estrutura na região litorânea para receber estes turistas, mas nem sempre foi assim. Até os anos setenta essa região era ocupada por favelas. Em 1973 o governo do município começa um processo de realocação dessa população devido à valorização do território. O conjunto Palmeiras é fruto deste deslocamento, uma população de 1.500 famílias, de baixa renda, habituada à região ribeirinha, em grande parte formada por pescadores, que foi realocada para uma região periférica sem infraestrutura, com acesso precário a meios de transporte

urbanos, distante de postos de trabalho e escolas, sem abastecimento de água, saneamento ou eletricidade. (JAYO, POZZEBON, DINIZ; 2008)

Em entrevista para Souza Santos (2002) o fundador do banco Palmas aborda, entre as grandes dificuldades do banco, a falta de regulamentação governamental acerca de bancos comunitários de desenvolvimento, gerando uma dependência do Sistema bancário tradicional. Importante salientar que neste período ainda havia políticas públicas de apoio a empreendimentos de economia solidária, não apenas no que concerne a regulamentação destas instituições como também de verba pública destinada a essas ações, como no caso do Banco Cidade de Deus, criado em 2011 em Jacarapaguá, RJ, com verba governamental, que não conseguiu se desenvolver em especial por falta de compreensão e engajamento comunitário.

Apesar de a questão do engajamento ser primordial também pra o banco JT não será abordada mais profundamente a possível relação entre os dois casos já que o Justa Troca não criou este laço de dependência com uma instituição externa à comunidade. Apesar de sua idealização ter ocorrido juntamente com o Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA) da UFRGS e deste grupo ainda atuar como colaborador, as atividades do banco são organizadas a partir das necessidades da comunidade e por seus colaboradores, independente de instituições externas exceto para a captação de recursos por via de editais. Fica a citação para enfatizar a importância da mobilização comunitária e de mais estudos sobre as experiências dos BCD's.

Em estudo mais atual, Rigo e França (2017) abordam o paradoxo do desuso da moeda social da comunidade do banco Palmas, mas entendendo que isso não afetou a legitimidade do banco, significa-se a moeda como símbolo das práticas do banco utilizada de acordo com as necessidades e demandas da comunidade. Sua disponibilidade e aceitação em empreendimentos locais permanece forte, bem como as demais atividades do banco, que continua sendo referência nacional de banco comunitário de desenvolvimento.

(...)o desuso por parte dos moradores por “falta de interesse” (provavelmente um interesse utilitário) não foi capaz de desconstruir o circuito que permaneceu amplo na rede de aceitação. Os moradores não usam mas aceitam, os empreendimentos não têm recebido mas aceitam. Segundo o entendimento nesta pesquisa, há um sensível

papel simbólico e político desempenhado pelo uso da moeda no território, mas não traduzido em termos de volume e frequência de uso. Para estes autores basta saber que a moeda existe, que foi criada por eles e que pode ser acessada quando necessário. (RIGO E FRANÇA, 2017, p. 190)

Da mesma forma que no caso do Cidade de Deus, a questão do desuso da moeda no banco Palmas também não pode ser usada como parâmetro pois no caso desta comunidade a identificação e o engajamento permanecem. No Banco Justa Troca não há apenas uma baixa circulação da moeda, mesmo utilizando-se da mesma tática usada no banco Palmas a princípio, que é dar parte da remuneração de colaboradoras de empresas parceiras em moeda social, mas a questão do baixo comprometimento entre empreendimentos locais ao não incentivar o uso da moeda, não conseguir atingir alguns empreendimentos e nem a participação da comunidade em suas atividades.

Dessa forma encerramos a revisão teórica considerando que a discussão sobre economia solidária foi suficiente para o entendimento dos objetivos e funcionamento do banco, bem como o contexto no qual ele se desenvolveu. No que tange à discussão sobre engajamento e as dificuldades de outros bancos de desenvolvimento nesse sentido ainda são necessários esforços para entender melhor as relações sociais que geram motivação e engajamento nas comunidades nas quais estão inseridos.

No próximo capítulo será apresentado o método de pesquisa utilizado para avaliar o engajamento da comunidade com as atividades do Banco Comunitário Justa Troca.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Para compreender a dinâmica do engajamento no Banco foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória. Qualitativa pois se desenha a partir da perspectiva do entrevistado, através de conceitos amplos cujo enfoque vai se consolidando durante o processo de coleta (ROESCH, 1999). Essa escolha se deu pelo caráter subjetivo da pesquisa e por seu objetivo não ser testar a congruência, ou não, de conceitos preestabelecidos mas sim entender uma dinâmica social dentro de um determinado grupo. E exploratória pela pretensão de aproximação e familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses (GIL, 2007).

Para isso foi necessário analisar registros desde a criação do Banco, especialmente a partir das percepções dos atores envolvidos, suas trajetórias com ele e razões de seu afastamento ou permanência. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes mais recentes, especialmente acerca de suas expectativas e com alguns membros da comunidade que participam sazonalmente de alguns eventos ou não possuem qualquer ligação com o banco, além de observação participante, durante o tempo da pesquisadora como bolsista do NEGA, posteriormente como agente do banco, especialmente durante eventos, oficinas, reuniões da associação (Associação Comunitária Nossa Vila Aparecida – ACONVI) e dinâmicas de divulgação.

(...)para compreender concretamente os processos de engajamento e desengajamento e a permanência na militância, o observador deve apreender, tanto pelos relatos biográficos quanto pela observação etnográfica, o desenrolar e a imbricação de diferentes “ordens de experiências”, “umas em relação com as outras”, vividas pelos atores dentro de alguns “submundos sociais” (profissional, afetivo, familiar, militante etc.). Essa análise relacional das distintas “ordens de experiência” nas quais os atores se encontram inseridos permite apreender as lógicas que conduzem ao engajamento e à permanência na militância como resultado de constrangimentos específicos relacionados aos locais, aos itinerários individuais e aos espaços sociais dentro dos quais os atores estão inseridos. (OLIVEIRA, 2010, p. 58).

A entrevista semiestruturada parte de pontos básicos que interessam ao estudo e oferece um amplo campo de questionamentos que vão surgindo em seu decorrer (TRIVIÑOS, 1987) além de permitir que o entrevistador perceba a perspectiva de outra pessoa e captar aquilo que não é facilmente observável (PATTON, 2002). Através de entrevistas com diferentes grupos que circundam o banco, que incluem participantes mais antigos da associação e pessoas que participaram do grupo mobilizador responsável por sua criação, participantes mais recentes da associação, pessoas que estavam participando de uma atividade festiva realizada pelo banco em parceria com a creche Nova Geração e moradores da região de maior vulnerabilidade social dentro da comunidade na qual o banco está inserido.

Estes pequenos grupos representam diferentes nichos de interação e foram capazes de fornecer uma visão de diferentes ângulos acerca das atividades do banco, abrangendo tanto os que possuem uma visão histórica e bastante idealizada e que vem sendo os responsáveis pelas tomadas de decisão, aqueles que conheciam (ou não) o banco de fora e agora fazem parte dos processos decisórios, aqueles que participam sazonalmente de alguma atividade e aqueles que representam o foco social das iniciativas do banco.

Para Gil (1999) a observação apresenta uma vantagem fundamental diante das outras técnicas de pesquisa que é a ausência de intermediários, colocando o pesquisador diretamente em contato com seu objeto de pesquisa. O autor a classifica em três tipos: a) observação simples, b) observação participante e c) observação sistemática. A escolha pelo método de observação participante deu-se especialmente pela relação prévia da pesquisadora com o banco. Nesta técnica compreende-se a realidade de um grupo a partir do interior dele mesmo (Gil, 1999) o que será possível graças à atuação da pesquisadora no banco desde o segundo semestre de 2018, primeiramente como bolsista do NEGA e em 2019 como colaboradora responsável pela captação de recursos e prestação de contas. Com isso já há uma relação não só com as dinâmicas do banco como também com seus atores mais atuantes, além de livre acesso a todas suas atividades, inclusive reuniões de planejamento da ACONVI.

Também foram utilizados dados secundários coletados pela equipe do NEGA entre 2015 e 2017 com o intuito de organizar o projeto de implementação

do banco. Estes dados abrangem entrevistas com os idealizadores do banco e diagnósticos da equipe do NEGA. Além disso, foram realizadas entrevistas para entender as mudanças de perspectiva dos atores que estavam envolvidos na implementação e hoje não participam mais das atividades do banco, bem como com os que ainda atuam, para entender suas motivações.

3.1 Observação Participante

Durante o período como bolsista do NEGA a pesquisadora realizava visitas regulares semanais (ou quinzenais) e, eventualmente, visitas extraordinárias quando havia alguma demanda pontual, inclusive em finais de semana, algumas para auxílio em questões administrativas, especialmente direcionadas aos controles internos e material de divulgação, em outras para visitas a estabelecimentos comerciais para explicar sobre o funcionamento da moeda local e o sistema de empréstimos e para conversar com os moradores da comunidade sobre o banco. O trabalho de apresentação do banco aos moradores já era realizado pela sua única agente no período, pelas voluntárias da Associação e por outros bolsistas do NEGA, porém, na maioria das visitas os moradores alegavam desconhecer do que se tratava, mesmo em casos em que já haviam sido feitas visitas anteriores na mesma residência.

Ainda neste período, a pesquisadora também auxiliava na elaboração de algumas capacitações oferecidas pelo banco em parceria com o NEGA, além de auxiliar no processo seletivo para a contratação de três agentes (possível graças ao estabelecimento de uma parceria com a Nexus Itália), elaboração e apresentação de material de treinamento destas agentes e posterior acompanhamento das atividades.

A duração da bolsa de extensão foi de maio a dezembro de 2018, com carga de vinte horas semanais e a realização de, no mínimo, uma visita ao banco por semana, com um total aproximado de quarenta visitas ao banco e à comunidade.

Após o período como bolsista a pesquisadora foi contratada pelo banco como agente responsável pela captação de recursos através da elaboração de projetos para participação de editais e pela prestação de contas para o projeto em andamento com a Nexus. O contrato através de MEI (Microempreendedor individual) foi firmado em janeiro de 2019 e estabelece uma prestação de serviços de quinze horas semanais com visitas ao banco sempre que necessário, mantendo-se a média de, no mínimo, uma visita semanal para participação nas reuniões, em feiras e eventos realizados pelo banco e contato direto com as agentes para melhor entender o andamento do projeto, além das conversas com membros da associação e moradores para guiar a escrita dos projetos orientados para as necessidades da comunidade.

Como o ambiente organizacional do banco é de auxílio mútuo, as tarefas das agentes nunca ficam restritas ao delimitado em contrato, prevalecendo muito mais o trabalho em equipe e a busca pela melhoria do que a delimitação de tarefas, a pesquisadora também auxiliava na diagramação e escrita das matérias do jornal, na elaboração e distribuição do material de divulgação das oficinas e eventos, na captação de parceiros para os eventos e até mesmo na sonorização quando necessário. Essa dinâmica propiciou a aproximação com as pessoas envolvidas nas atividades do banco facilitando a comunicação e a percepção sobre o funcionamento das dinâmicas sociais ali presentes.

A pesquisadora desempenhou diferentes papéis no banco (bolsista da UFRGS, voluntária em algumas atividades, contratada e pesquisadora), e tal condição possibilitou a elaboração de diferentes textos sobre as atividades do banco, suas conquistas e desafios, seja para criação de projetos com intuito de captar recursos para o banco como na elaboração de diferentes prestações de contas para entidades parceiras. Destes diferentes níveis e formas de contato surgiram as observações que deram origem aos questionamentos que se transformaram neste trabalho.

3.2 Dados Secundários

Antes da implementação do banco, o NEGA realizou uma pesquisa na comunidade que desenhou o perfil socioeconômico da vila além de alguns padrões de compra e de crédito. Foram também realizadas entrevistas com atores idealizadores do banco e, portanto, responsáveis por sua mobilização. Além disso estes grupos buscaram orientação com atores envolvidos na implementação e manutenção de outros bancos, como Joaquim, do banco Palmas, que realizou uma visita à comunidade neste período de estudo prévio à implementação, quando se levantou a questão da baixa mobilização na comunidade, pois nas diversas reuniões realizadas o maior quórum atingido foi de quarenta pessoas, em apenas uma das reuniões, sendo inferior a isso em todas as outras.

Também neste período o Nega realizou entrevistas semiestruturadas com alguns destes atores mobilizadores do banco, que já no princípio demonstravam insegurança diante do desafio, porém, respaldados pela trajetória de sucesso com a cooperativa UNIVENS e com a Justa Trama optaram por dar prosseguimento à ideia.

Outra fonte secundária utilizada foi o livro autobiográfico de uma das idealizadoras do banco, da UNIVENS e da Justa Trama, uma forte liderança local atuante em diversos empreendimentos de economia solidária aqui citados, inclusive o banco, e na UNISOL. Assim como os sistemas de controle que foram usados pelo banco, em seus diferentes períodos.

Também foram utilizados artigos e trabalhos acadêmicos sobre outros bancos brasileiros a fim de ampliar a contextualização do estudo, respeitando as especificidades de cada comunidade, mas entendendo que essas iniciativas possuem muito em comum, inclusive no que tange o desafio de motivar a comunidade na qual estão inseridos. Com especial atenção ao banco Palmas, pioneiro no Brasil e modelo seguido para a criação do BCD JT.

3.3 Entrevistas Semiestruturadas

Ao longo de 2019, trinta e duas pessoas foram entrevistadas. Entre elas oito moradores da Chimarrão (região de maior vulnerabilidade econômica da comunidade), doze durante um evento da Creche Nova Geração em seus arredores e doze pessoas com envolvimento direto com o banco e a associação, incluindo participantes do grupo mobilizador que continuam atuantes hoje (três pessoas, sendo uma delas professora da UFRGS). Deste último grupo também fazem parte as agentes do banco, que foram a maior fonte de informações deste trabalho, tendo sido entrevistadas em diversos momentos diferentes entendendo que, por estarem trabalhando diretamente na divulgação das atividades do banco, na recepção dos visitantes e no contato diário com a comunidade suas percepções possuem um valor ainda maior para este estudo, além de membros antigos e novos da associação, que também foram questionados em diferentes momentos para gerar uma maior compreensão da relação com a associação e de como ela se desenvolveu.

As entrevistas com membros da comunidade foram feitas através de amostra não intencional e serviram para direcionar muito do estudo. A princípio houve o intuito de coletar entrevistas em eventos promovidos pelo banco, porém após três tentativas de coleta em feiras e festas do banco, com pouco retorno (por falta de público diferente da associação ou por falta de interesse na participação em caso de festas) optou-se por focar na região da comunidade em que há a maior necessidade de atuação e ao mesmo tempo baixa proximidade, a Chimarrão, e no evento promovido pela creche por ser focado nas crianças deixando os pais com maior propensão a responder os questionamentos, ainda assim organizados de forma breve pois a perda de interesse era rápida e notória. Nestas entrevistas ficou muito clara a ambiguidade entre a fala e as ações da maioria dos moradores, que em sua totalidade apontaram os objetivos e ações do banco como importantes, mas não demonstravam inclinação para conhecer mais, participar das atividades.

Esta percepção tornou-se norteadora para posteriores pesquisas e entendimentos quando às limitações do banco e possíveis caminhos a serem

seguidos na busca de aumentar o engajamento na comunidade. O principal enfoque nas pesquisas era sobre o conhecimento das pessoas acerca do banco, se já tinham interagido com o banco de alguma forma, se já tinham ouvido falar, o que achavam sobre o funcionamento, se conheciam, ou o que achavam da ideia e dos objetivos do banco, caso afirmassem desconhecer. Os pontos centrais da pesquisa giravam sobre o entendimento sobre o banco e a participação, quando havia, se era continuada, duradoura e compartilhada (objetivos, ideias).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa a partir do referencial teórico desenvolvido anteriormente no trabalho. Ele está dividido em quatro seções.

A primeira apresenta a comunidade onde se localiza o BCD e os antecedentes de mobilização comunitária, que fazem parte de sua história e construção, bem como um panorama geral da situação atual dela. A segunda seção apresenta brevemente outros empreendimentos de economia solidária da comunidade, que estão ligados entre si e ao banco, desta forma dando base para a seção posterior, que trata do processo de formação do BCD, seu funcionamento e as suas principais atividades desenvolvidas desde sua criação até o final de 2019.

A terceira seção ficou subdividida em três partes começando pelo histórico de formação do banco e suas ferramentas de gestão, posteriormente será abordada a parceria com a Nexus, ONG Italiana que possibilitou o crescimento do banco tanto na oferta de crédito quanto em demais atividades, para então podermos tratar das atividades do banco em si, começando pelos cursos e eventos e encerrando nas atividades de crédito, nas quais iremos nos ater um pouco mais por representar a atividade central do banco no momento da elaboração desta pesquisa. Na quarta seção é feita a análise dos processos de engajamento da comunidade nas atividades do BCD a partir das evidências

apresentadas nas seções anteriores e em diálogo com o referencial teórico do trabalho.

4.1 Histórico de formação, a comunidade: Vila Aparecida

As Vilas Nossa Senhora Aparecida/Recanto do Chimarrão estão localizadas na Grande Sarandi, na Zona Nordeste de Porto Alegre, próximas às divisas com Cachoeirinha e Canoas e do acesso via Av. Assis Brasil à BR-290. Situam-se numa área que em parte ainda não está regularizada, no ponto de vista fundiário, aguardando o processo de regularização de ocupações urbanas. O processo de ocupação iniciou-se em 1977 na área que anteriormente estava destinada a plantações de arroz. Não havia nenhuma rua pavimentada e os esgotos eram a céu aberto, mas água e luz já eram fornecidas no local.

Em relação à expansão populacional no território, a Vila é relativamente recente, com regularizações fundiárias urbanas ocorridas a partir de 1985, realizadas pelo DEMHAB/PMPA. A evolução acompanhou os vetores da expansão industrial tradicional que se desenvolveu historicamente seguindo o eixo Floresta, São Geraldo, Navegantes, São João, São Sebastião, no prolongamento das avenidas Sertório e Assis Brasil. A expansão populacional nesse período ocorreu tanto pelo deslocamento interbairros quanto pelo fluxo migratório marcado pelo êxodo rural. Posteriormente, a Região assistiu à consolidação do mais importante polo de logística e transportes da Capital - Porto Seco.

A população do Território em questão era, segundo censo realizado pelo IBGE em 2010, de 4.170 pessoas, com 40% da população sendo a mesma do período de ocupação. Estima-se que atualmente esteja entre 4,5 a 5 mil pessoas, precisaremos trabalhar com essa estimativa pois o censo de 2020 foi adiado, a princípio para 2021, em função das orientações do Ministério de Saúde

relacionados ao quadro de emergência de saúde pública devido ao surto de COVID-19⁴

Nas décadas de 1980 e 1990 os moradores reuniam-se na capela local, na qual decidiram o nome da Vila, conhecida no momento como “Caiu do céu” devido à rápida expansão. Em 1989 com a chegada do orçamento participativo foi conquistado o asfaltamento das ruas e saneamento básico (alguns locais já haviam sido canalizados pelos próprios moradores). À exceção do beco Chimarrão que ainda possui um valão a céu aberto e não conta com asfaltamento devido a questões técnicas, já que o terreno ocupado era uma propriedade particular. Outra conquista da comunidade foi a instalação da Unidade Básica de Saúde, vinculada ao Grupo Hospitalar Conceição. Um espaço de garantia de direito bastante fortalecido no território é o Conselho Local de Saúde, composto por lideranças comunitárias que dialogam com a população e exigem do poder Público resoluções de problemas de infraestrutura e o fortalecimento das Políticas de Saúde e Saneamento do território, utilizando como ferramenta o orçamento participativo (NEGA, 2017).

O orçamento participativo de Porto Alegre é reconhecido mundialmente pelo engajamento da população no debate e no orçamento e destino de recursos públicos, principalmente por trazer garantias a regiões com bastante vulnerabilidade social, sendo definido como um mecanismo que visa à articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa (BONETTO, 2014). É importante ressaltar que no território da Vila Nossa Senhora Aparecida, o orçamento participativo realizou um papel importante através do trabalho comunitário, conquistando para o local uma Incubadora Popular, decorrente da luta por espaços de empreendimentos coletivos (NEGA, 2017).

Além das conquistas práticas, ele tornou-se um importante fator agregador, que deu origem ao processo de mobilização em torno da luta por direitos. De acordo com Sen (2010), vive-se hoje em um mundo de privações, destruição e opressão, com problemas novos e antigos ocorrendo

⁴ Comunicado do IBGE na íntegra em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27161-censo-2020-adiado-para-2021.html>

simultaneamente, como a fome coletiva e crônica, a transgressão de liberdades políticas básicas e as ameaças cada vez maiores ao ambiente e à sustentabilidade econômica e social em âmbito planetário.

As crises enfrentadas neste tempo despertam a necessidade de repensar o modelo hegemônico de desenvolvimento e considerar formas alternativas ao pensamento dominante de crescimento econômico a qualquer preço, neste sentido a mobilização em torno do OP mostrou a um grupo específico, dentro de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social, como lutar por seus direitos, como se unir em torno de um objetivo em comum.

A atual liderança do banco, por exemplo, foi delegada eleita como representante da comunidade para participar dos conselhos do orçamento participativo, posteriormente esteve à frente na criação da UNIVENS (cooperativa de mulheres costureiras que foi a base para outras iniciativas de economia solidária dentro da comunidade, sua história será contada de forma breve na próxima seção) e da idealização dos demais empreendimentos que dali surgiram.

O orçamento participativo empoderou alguns moradores da comunidade, os uniu em busca de melhores condições de vida, fortaleceu laços entre vizinhos que lutavam e cresciam juntos, abrindo espaço para a construção de uma comunidade mais consciente e politizada, que se engaja nas causas nas quais acredita pois percebe que suas conquistas são mais efetivas quando buscadas de forma coletiva. Ao menos este era o movimento que ocorria neste período. Até mesmo os nomes das ruas foram decididos por plebiscito reforçando a sensação de pertencimento dos moradores, remetendo aos estudos de Bordenave (1992), Passy (1998) e Diani (2003) no que se refere a identificação e mobilização em prol de objetivos em comum. E a Sawicki e Siméant (2011) quanto a perpetuidade ou ampliação de duração desta mobilização, além de ser uma das fontes para uma pergunta crucial repetida em inúmeras reuniões do banco “o que move esta comunidade?”.

Dados disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil⁵, elaborado pelo PNUD, IPEA E FJP com base nos Censos do IBGE, revelam que

⁵ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22279

ao longo do primeiro decênio do século XXI ocorreu, naquele território, uma expressiva evolução do IDH, processo semelhante ao verificado em outras regiões de Porto Alegre que, à época, apresentavam perfil urbano semelhante:

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - UDH - Sarandi: Vila Nossa Senhora Aparecida / Vila Chimarrão – RS:

IDHM e componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,299	0,492
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	26,19	46,17
% de 5 a 6 anos na escola	47,66	73,98
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	53,04	78,56
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	21,92	32,68
% de 18 a 20 anos com médio completo	5,10	17,40
IDHM Longevidade	0,715	0,765
Esperança de vida ao nascer	67,90	70,91
IDHM Renda	0,594	0,629
Renda per capita	323,29	400,10

Fonte: Atlas Brasil, 2013

Contudo, a situação retratada em 2010 ainda era desoladora, como se verifica quando os dados do Atlas são comparados com os índices registrados nas demais unidades territoriais de Porto Alegre. Nesse ranqueamento a UDH Vila N. S. Aparecida/Chimarrão:

a) ocupa a 635ª posição entre as 722 unidades de desenvolvimento humano de Porto Alegre. Nesse ranking, o maior índice é 0,958, encontrado na UDH Jardim Isabel, e o menor, 0,593, observado na UDH Vila Nova: Kanazawa I e II.

b) na dimensão Longevidade, ocupa a 678ª posição no ranking, no qual o maior e o menor valor são, respectivamente, 0,952, observado na UDH Bela Vista e 0,754, na UDH Guajuviras A;

c) em Educação, está na 601ª posição do ranking, que tem como valores máximo e mínimo 0,947, na UDH Cidade Baixa, e 0,424, na UDH Mathias Velho/ Harmonia, respectivamente;

d) na dimensão Renda, ocupa a 672ª posição, sendo 1,000 o maior índice, observado na UDH Jardim Isabel, e 0,618 o menor índice, encontrado na UDH Guajuviras A.

Através do mapeamento realizado pelo NEGA, em 373 domicílios, abrangendo 1.238 pessoas, constatou-se que 89% dos imóveis são próprios, sendo 43% do total com registro e 46% sem. Percebe-se, assim, a baixa rotatividade populacional, fator que poderia influenciar no baixo engajamento comunitário, descartando essa possibilidade.

A Vila não dispõe de unidades da rede escolar de ensino fundamental ou médio em seu território. Existe apenas a Escola de Educação Infantil Nova Geração, que é gerida por uma cooperativa de mulheres, um dos empreendimentos moldados pela economia solidária da região. A demanda por ensino fundamental é suprida por meio do deslocamento para escolas localizadas em regiões do Bairro Sarandí.

Importante destacar, também, que a Região recebeu nesta década um número elevado de imigrantes, especialmente de origem africana e haitiana.

Embora muitos migrantes tenham sido desalojados pelo Poder Público da área que ocupavam, próxima ao valão existente, remanesceram alguns núcleos dispersos (cerca de cinquenta famílias), cujos moradores, aparentemente, convivem bem com o restante da população local, não havendo registro de atitudes xenófobas ou racistas.

4.2 Empreendimentos de economia solidária na comunidade

É importante citar esses empreendimentos pois estão interligados. Todos surgem em um contexto de luta por direitos básicos e melhores condições de vida, situação já brevemente abordada no tópico que trata do surgimento da Vila. As mulheres idealizadoras destes empreendimentos, a princípio não tinham nenhum conhecimento sobre economia solidária e suas diretrizes, não foram orientadas neste sentido. Este movimento se encaixa na visão trazida em diversos estudos sobre engajamento, em especial o militante, que traz a insatisfação com uma ou mais situações como força motriz para o engajamento a uma causa. Por mais que este trabalho, em alguns aspectos, critique a naturalização deste comportamento como um padrão seguido diante de um contexto considerado inadmissível, não se pode negar a importância dele para gerar motivação. A UNIVENS é uma cooperativa de costureiras fundada em 1996 por mulheres da comunidade que não estavam conseguindo se encaixar no mercado de trabalho.

Com o crescimento da cooperativa é criada, em 2007, a creche Nova Geração, para suprir a necessidade das mães trabalhadoras. A partir dos princípios que guiam a UNIVENS, e da curiosidade e militância de alguns de seus membros, conhecimentos sobre sustentabilidade e economia solidária vão sendo agregados dando origem a Justa Trama, uma cadeia nacional de produção de roupas orgânicas.

A UNIVENS, a Justa Trama e agora o Banco Comunitário Justa Troca funcionam no mesmo complexo e possuem uma profunda ligação ideológica, de espaço físico e de capital humano.

UNIVENS – em 1996, três mulheres da comunidade unem-se para discutir questões urgentes para elas: a falta de perspectiva dos jovens e a falta de trabalho para as mulheres, principalmente costureiras que haviam perdido seus empregos devido a falência de algumas fábricas e que não mais seriam absorvidas pelo mercado de trabalho por sua idade. Aproveitaram uma ocasião em que dois representantes do grupo hospitalar Conceição estiveram no posto de saúde da comunidade para conversar com eles sobre a possibilidade de suprirem a demanda do grupo relacionada à costura, a resposta foi que para isso era preciso formalizar-se. Essas mulheres organizaram-se e formaram a cooperativa UNIVENS com mulheres da comunidade com idades entre 18 e 76 anos. (NESPOLLO, 2009)

O começo foi difícil devido à baixa remuneração e a necessidade de firmar parcerias para conseguir o maquinário, muitas mulheres desistiram. O grupo que restou envolveu-se também em outra frente, na produção de multimistura (um complemento alimentar indicado para desnutrição e prevenção de algumas doenças). A sede a princípio era na capela local, o que não seria viável para médio e longo prazo. A parceria com o grupo Conceição firmou-se na multimistura mas não na costura. Através da elaboração de projetos para captação de recursos, de auxílio da SMIC (Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio) para a capacitação dessas mulheres, e de sua grande força de vontade, a cooperativa foi mantendo-se apesar de todas adversidades. Em 1998, com o orçamento participativo, essas mulheres começam a ganhar voz em suas demandas e em 1999 conquista-se a incubadora popular, que passa a ser a nova sede da UNIVENS e de outras cooperativas locais.

É pela incubadora e pelo engajamento gerado pelo orçamento participativo que essas mulheres começam a se articular e conhecer outras pessoas que lutam nas mesmas frentes, em especial com a participação nos Fóruns Sociais Mundiais. Em 2002, a cooperativa conquistou o terceiro lugar no concurso latino-americano de empreendimentos exitosos liderados por mulheres. Em 2003 essas mulheres já haviam economizado um certo valor para realizar o sonho de uma sede própria. Além do dinheiro elas haviam conquistado o reconhecimento de sua luta por diversas entidades. A sede foi possível graças a esse esforço conjunto que contou desde a contribuição de um morador da

comunidade formado em arquitetura até o financiamento internacional de uma ONG espanhola. A UNIVENS mantém-se hoje sem financiamento externo e oferece sua sede e maquinário para cursos oferecidos pelo banco de forma gratuita, além de contribuir, junto com a Justa Trama, para manutenção de suas despesas fixas como luz e internet.

Justa Trama⁶ – criada em 2011 a partir da UNIVENS. Neste período as mulheres costureiras já buscavam informações e envolviam-se em atividades voltadas à economia solidária, foi quando, a partir da confecção de sessenta mil sacolas feitas de algodão orgânico para o Fórum Social Mundial, começaram a delinear a ideia de uma rede nacional de produção voltada para sustentabilidade. Em parceria com a UNISOL começa-se essa articulação que hoje conta com cerca de 600 colaboradores em cinco estados do país: Ceará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A Justa Trama engloba desde a plantação do algodão orgânico (agricultores da ADEC) até a confecção do produto final e sua comercialização. A entidade conta com a parceria de instituições desde seu início como o instituto Renner e o instituto C&A além de outras parcerias que se formaram ao longo de sua história como SEBRAE, FLD, entre outros. A instituição ainda não consegue manter-se sem a captação de recursos, mas há essa perspectiva diante do crescimento da demanda por tecido orgânico.

Creche Nova Geração – foi fundada em 2007 a partir da necessidade das cooperativadas da UNIVENS, que não tinham onde deixar os filhos para trabalhar e buscaram apoio para construir o prédio onde hoje funciona a creche, a única da região. Começou com esforço e boa vontade, com mulheres dispostas a cuidar das crianças por menos de um salário. Com o tempo a escolinha conseguiu um convênio com a SMED (Secretaria Municipal de Educação) passando a oferecer uma melhor remuneração para as cooperativadas e exigir formação. A escola hoje atende cinquenta e cinco crianças de 2 a 6 anos em uma infraestrutura que conta com espaço ao ar livre adequado para realização de atividades lúdicas e educação física, quatro salas de aula e o refeitório. Conta com doze cooperativadas que são mantidas com o auxílio da SMED já que não

⁶ <https://www.justatrama.com.br>

há uma cobrança fixa de mensalidade. Cada caso é analisado individualmente e os acordos são feitos de acordo com as possibilidades de cada família. Quando uma mãe não tem condições de pagar mensalidade busca-se outras formas de colaboração, como auxílio em alguma pequena reforma ou nas festas realizadas, por exemplo. O importante é não deixar as famílias desamparadas e oferecer novos horizontes para essas crianças, que além de possuírem um lugar seguro para brincar (na comunidade não há pracinhas ou pontos de encontro) vão a passeios como teatro, cinema, sítios e outros locais de interesse.

4.3.1 O Banco Comunitário Justa Troca

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca vem sendo construído na comunidade, pela comunidade e para a comunidade. Começou com a formação de um grupo mobilizador entre moradores, atuantes política e socialmente na comunidade, e a equipe de professores e estudantes do NEGA (Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa) da UFRGS. Um dos principais objetivos de sua constituição é movimentar a economia local, incentivando o consumo de produtos e serviços de comerciantes do bairro. Além disso, o crédito produtivo visa incentivar o empreendedorismo, de acordo com os valores da economia solidária, para a melhora da qualidade do trabalho e de vida da população.

A fim de fomentar a circulação interna de capital, foi criada uma moeda social: o Justo, nome escolhido pelos moradores que participaram do processo de idealização do Banco. A moeda social é considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinada a beneficiar o mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da região. Logo, seu uso é restrito, e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade.

O objetivo geral do Banco Comunitário Justa Troca é, portanto, promover desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Vila Nossa Senhora Aparecida e arredores.

Todos os Bancos Comunitários precisam funcionar dentro de uma associação juridicamente constituída na comunidade. Ao constatar que não existia uma associação (em funcionamento) com estas características na Vila, foi criada a ACONVI, a qual foi fruto de muitas reuniões e discussões entre moradores e moradoras da região, contando com o apoio do NEGA. Fundada oficialmente em maio de 2016, a ACONVI é a entidade gestora do Banco Comunitário Justa Troca, mas além disso, é uma instituição independente, que possui os seguintes fins, conforme consta em seu estatuto social,

- a) Promover o bem-estar social, incentivando a comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida na caminhada solidária, ética e justa, rumo à unidade onde prevaleça o diálogo local, o respeito pela vida e a consciência do direito à cidadania, em parceria com outras entidades locais;
- b) Promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental, e o combate à pobreza;
- c) Experimentar novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, trabalho e crédito, sob os princípios da Economia Solidária;
- d) Atuar como organização de microfinanças no território nacional, desenvolvendo ações de finanças solidárias, tais como: microcrédito produtivo e para consumo, fundos solidários, moeda social, bancos comunitários e outros correlatos;
- e) Prestar serviços a instituições financeiras na qualidade de correspondente bancário, de acordo com as normas vigentes no país;
- f) Desenvolver e implementar projetos de cultura e tecnologias sociais;
- g) Promover ações de incentivo à educação, à cultura, à saúde, ao esporte e ao lazer, priorizado os vínculos sociais, o combate à violência e às drogas, incentivando a cultura da paz e a solidariedade;
- h) Promover ações que melhorem as condições de moradia da comunidade;
- i) Promover ações de informação e formação para e com a comunidade.

O quadro de sócios da ACONVI é composto por residentes da Vila Nossa Senhora Aparecida, entre os quais encontram-se costureiras da UNIVENS e da Justa Trama, educadoras da Creche Comunitária Nova Geração e pessoas que

acreditam nos valores da Economia Solidária e buscam construir um bairro mais justo e sustentável para si e para os demais vizinhos.

Segundo seu estatuto a associação organiza-se hierarquicamente através de três órgãos: assembleia geral, conselho gestor e conselho fiscal. Os cargos são eletivos e possuem mandato de dois anos. Embora, em teoria, este funcionamento seja representativo dos interesses da comunidade, na prática, as reuniões quinzenais da ACONVI durante o ano passado contavam com em média cinco a seis participantes, todos representantes de um mesmo nicho dentro da comunidade, diretamente ligados à criação do banco, e que salientavam inúmeras vezes a decepção com os demais moradores por não aproveitarem as oportunidades que os associados se esforçavam tanto para criar. Nas eleições deste ano não houve candidatos para todos os cargos, apesar da ampla divulgação. As agentes foram às ruas conversando com pessoas que já possuíam um histórico de engajamento em questões sociais e organizações comunitárias, e mesmo assim houve bastante resistência. Algumas das razões foram apontadas em entrevistas e serão tratadas posteriormente.

Por enquanto é importante salientar este desejo de ampliar o espectro dentro da associação para que ela efetivamente torne-se representativa dos desejos da comunidade e as dificuldades para que isso aconteça. A renovação dos membros da ACONVI foi atingida parcialmente. Em 2019 assumiu uma nova conselheira administrativa, uma liderança antiga na comunidade, muito conhecida especialmente na Chimarrão e que não possui qualquer ligação com a UNIVENS, Justa Trama e Nova Geração. Uma grande vitória na busca de maior representatividade e de expansão da associação. Porém com alguns dos outros cargos sem pretendentes, as próprias agentes precisaram assumir este papel, colocando-se em uma posição no mínimo incomum e desconfortável pois as decisões sobre seus cargos, competências e efetividade são de competência do conselho.

4.3.2 A parceria com a Nexus – ampliação das atividades

Mas antes das eleições de 2019 é importante tratar de um evento que mudou a trajetória do banco: em agosto de 2018 foi aprovado um projeto de parceria junto a Nexus Itália⁷, que possibilitou a contratação de duas agentes comunitárias com o intuito de ampliar sua esfera de alcance e melhor promover suas atividades. Nos sete primeiros meses desta parceria foram realizados vinte e um empréstimos aumentando a média de empréstimos para três por mês, a oferta de cursos, a promoção de feiras e eventos também foi ampliada, o alcance dos efeitos desta parceria será bastante discutido neste trabalho nas seções de análise.

O banco entrou em atividade em 2016, porém, para fins deste trabalho optou-se por analisar suas ações a partir da parceria com a Nexus, visto que seu funcionamento anterior era extremamente limitado pela falta de recursos. O banco conseguia manter-se com doações e a participação em poucos editais, para realizar projetos muito específicos que eram abrangidos pelos mesmos, possuindo pouca autonomia para direcionar as ações às necessidades da comunidade. Entende-se que somar estes dados como um todo traria um viés negativo à análise por diminuir muito a média de ações e a participação dos atores nela envolvidos.

Para demonstrar o argumento pode-se tomar como exemplo o número de empréstimos oferecidos: o banco começou as atividades em maio de 2016, mas o primeiro empréstimo ocorreu apenas em dezembro do mesmo ano. Até outubro de 2018 foram realizados vinte e oito empréstimos, marca ultrapassada em menos de sete meses de trabalho efetivo das agentes. Mais informações sobre os empréstimos serão trazidas na próxima subseção, que trata das atividades do banco. Durante o período analisado por esta pesquisa, de outubro de 2018 a dezembro de 2019, foram concedidos um total de cento e doze empréstimos.

⁷ Uma ONG que realiza atividades de cooperação internacional, fundada em 1993 e reconhecida como ONG pelo Ministério das Relações Exteriores em 2007, mais de sua história e seus projetos no site oficial <https://www.nexusemiliaromagna.org/>

Esta parceria foi firmada em agosto de 2018 graças a contatos anteriores realizados através da Justa Trama com uma das idealizadoras do banco. Em setembro de 2018 abriu-se o primeiro processo seletivo do Banco Comunitário Justa Troca para a contratação de três agentes de desenvolvimento. Foram entrevistadas oito interessadas nos cargos, a escolha foi feita com auxílio de bolsistas do NEGA (Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa) da UFRGS, parceiro do banco desde seu início, e especialmente norteadas por experiências anteriores das entrevistadas. Importante salientar que para o cargo de agente de projetos foi selecionada uma pessoa de fora da comunidade, antes considerado um critério importante que foi sobrepujado pela experiência possuída tanto na elaboração de projetos para captação de recursos quanto nos métodos de prestação de contas, considerado crucial tanto para a manutenção da parceria com a Nexus quanto para desenvolver outras fontes de recursos não gerando uma total dependência desta parceria, algo já visto como um fator de risco especialmente levantado pelos integrantes do NEGA.

As responsabilidades de cada cargo, a princípio, não estavam muito claras. A equipe do NEGA elaborou um treinamento baseado em sua compreensão inicial da dinâmica de funcionamento do banco e de seus objetivos a curto e médio prazo, embasado especialmente nos objetivos centrais do banco. Com base neste material a agente comunitária seria responsável pela divulgação do banco, esclarecimento de seus objetivos junto aos moradores, conscientização de seu papel e importância, bem como trazer para o banco as demandas da comunidade. Com este trabalho seria possível fazer um mapa da comunidade para melhorar a comunicação e estreitar os laços entre a comunidade e os membros da associação a fim de entender as melhores formas de aumentar o comprometimento com o desenvolvimento de todos. Também seria responsável pelo desenvolvimento e fortalecimento da relação com os comerciantes, buscando formas de incentivar a utilização do justo.

A agente administrativa ficaria responsável pelas rotinas do banco, atendimento ao público, prestação de contas, controle de contas a pagar e receber, contato direto com a contadora para organização das notas fiscais, organização do material necessário para os cursos e capacitações realizados pelo banco.

E a agente de projetos seria responsável pelo contato direto com empreendedores da comunidade com o objetivo de auxiliá-los em seus desafios individuais. Também ficaria responsável pela busca de editais e auxílio na organização de feiras e capacitações.

Trabalho em equipe: todas são responsáveis pela divulgação dos serviços do banco, bem como pela organização de festas, feiras e capacitações a fim de engajar e desenvolver a comunidade social e economicamente.

Essa capacitação elaborada pela equipe do NEGA também incluiu conceitos base da economia solidária, a apresentação da Vila Aparecida (com base em pesquisa realizada pelo núcleo em 2017), apresentação do Banco Comunitário Justa Troca e ACONVI. Teve duração de três tardes e uma manhã, na qual foi realizada uma reunião geral de planejamento e metas. Essa capacitação tornou-se um marco nas relações entre o banco e o NEGA, e será um fato importante para a análise desta relação.

A agente de projetos deixou o cargo em 31 de outubro. Por não ser moradora da comunidade tornou-se oneroso, em relação a tempo e dinheiro, o deslocamento até o banco todas as tardes. Optou-se, a princípio por não se realizar um novo processo seletivo e distribuir suas tarefas entre as outras agentes. Porém, com a organização de eventos e elaboração do jornal os objetivos relacionados à expansão da oferta de crédito estavam sendo negligenciados. A agente comunitária ficou responsável pela organização e acompanhamento das capacitações, a agente administrativa, neste primeiro período de aquisições, dedicou muito de seu tempo fazendo orçamentos para as compras necessárias e buscando soluções alternativas. Ambas se dedicaram a organização das duas festas e feiras oferecidas à comunidade, além da elaboração e distribuição do jornal.

Em reunião realizada em sete de janeiro de 2019 optou-se por uma nova contratação em moldes um pouco diferentes. A antiga bolsista do NEGA, e responsável por essa pesquisa, que já trabalhava com o banco deste maio de 2018, através do Núcleo, passou a prestar serviços de forma independente como microempreendedora individual (mesma forma de contratação das outras agentes, porém com carga horária inferior e maior parte cumprida a distância),

ficando responsável pela elaboração de relatórios de prestação de contas, busca por editais e elaboração de projetos para captação de recursos, além da diagramação do jornal e auxílio em questões contábeis quando necessário.

Um outro ponto importante oriundo desta colaboração foi a conscientização dos participantes da associação sobre a importância do trabalho voluntário por eles realizado, documentado em relatórios para a Nexus configurando uma forma de contrapartida do Banco, exigência para a manutenção da parceria. No acordo firmado oficializando a parceria, além dos objetivos traçados, da distribuição dos focos e da verba destinada para cada um deles, ficou estipulado um percentual da verba destinado como contrapartida do banco.

Como o banco não possui recursos próprios essa contrapartida era realizada em horas de trabalho efetuada em caráter voluntário. No final da seção seguinte, no item que trata da parceria com a Nexus (seção 4.4.5), será apresentado parte do projeto inicial e um trecho de um dos relatórios de prestação de contas como ponto importante não só para análise das relações do banco com outras instituições como também para exemplificar a linha de gestão adotada pelo banco.

3.3.3 As atividades do banco

A parceria com a Nexus também ampliou a oferta de oficinas, cursos e feiras realizados pelo banco, graças a injeção de capital e a contratação das agentes, que eram os dois fatores apontados pelos colaboradores do banco como grandes limitadores ao seu crescimento. Porém muitas atividades apresentaram uma participação baixíssima, mesmo com ampla divulgação, tais como um curso de costura e tingimento natural, oferecido graças a um projeto em parceria com o instituto Renner, realizado de 31/10 a 14/11 que contou com vinte e oito inscritos, vinte participantes no primeiro dia, apenas quatro se mantiveram até a metade do curso e uma pessoa concluiu.

Nas feiras a situação é ainda mais inconstante, em duas das cinco últimas feiras realizadas não houve participantes externos à associação e mesmo entre eles a repercussão foi negativa, pois expositores que haviam confirmado não compareceram.

As festas de dia das crianças e de natal apresentaram um bom público, com cerca de cinquenta a sessenta participantes, graças à apresentação de jovens concluintes da oficina de teatro ofertada em parceria com o Sicredi (dez participantes) e a distribuição de presentes. As festas no geral parecem ser os eventos de maior mobilização da comunidade, em especial quando focados no público infanto-juvenil.

A apresentação de um filme com intuito de instigar a conversa sobre desigualdade de gênero (“Eu não sou um homem fácil”) foi exibido em uma das atividades do mês da mulher e contou com a presença de cinco mulheres, todas ligadas diretamente ao banco. Uma roda de conversa com uma profissional da saúde, residente e muito bem quista na comunidade, neste mesmo mês, também contou apenas com a participação de oito mulheres, todas diretamente ligadas ao banco ou à UNIVENS. Em contrapartida, as outras duas atividades do mês da mulher tiveram um retorno mais positivo, na roda de conversa sobre direitos realizada em parceria com a Themis, contou com a participação de quinze mulheres das quais seis não eram diretamente ligadas ao banco ou à UNIVENS, e a confraternização de encerramento contou com a participação de cerca de vinte e seis pessoas que saíram muito satisfeitas com o evento que ofereceu massagem relaxante, aula de defesa pessoal, desfile de roupas de festa e dicas de maquiagem. Mas mesmo nessas atividades o quórum esperado era maior, como se observa abaixo na TAB 3 de acompanhamento dos cursos.

Tabela 3: Cursos

curso	data	inscritos	participantes
Percussão e Cordas	Set a Dez 2019	sem info	Média de 14
Teatro para Adolescentes e Jovens	Ago a Dez 2019	sem info	13
Pintura em Tela para Iniciantes	Set a Out 2019	sem info	14, 9, sem info
Dança de salão	Set a Dez	+20	Média de 16
Como Fotografar com Celular	31\07\ 2019	7	6
Pintura em Tecido	25\07 e 08\08\2019	sem info	09 e 10
Tingimento com Batik	20\07\2019	14	19
Básico de Costura	03\06 a 11\07\2019	17	sem info
Custos e Precificação	16\05 e 20\06\2019	8, sem info	13, sem info
Jogos Pedagógicos com Retalhos	09\05\2019	13	14
Customização	17\04\2019	19	sem info
Retalhos	03, 04, e 05\04\2019	9, sem info	22, 15, e 14
Teatro	03, 04, 05, 06 e 07\12\18	8	10 até o fim com algumas faltas
Segunda e Terceira Ed. de Sabão Ecológico	29\11\2018	17	17
Vendas e Marketing: Biscoitos de Maisena - Planejando Financeiramente o Negócio	23 e 29\11\2018	13	10 e 8
Crochê	20 e 21\11\2018	17	10 e 10
Guirlandas de Natal	10\11\2018	19	12
Costura Básica e Tingimento Natural	31\10 a 14\11\2018	28	8 e 9
Aproveitamento Integral de Alimentos	18\08\2018	7	14
Primeira Ed. de Sabão Ecológico	18\08\2018	6	17

Fonte: elaborada pela pesquisadora com base nos dados do banco

O quadro foi elaborado com base nas pastas de controle do banco, porém não há um método determinado e cumprido. Em muitos dos cursos não foi passada lista de presença, em outros ela existia apenas de alguns dias. O de costura, por exemplo, consta lista de presença apenas de dois dias de curso. Em entrevista uma das agentes conta que apenas quatro pessoas concluíram o curso, e que nenhuma delas era da comunidade. Um outro fato importante se refere às inscrições. Em muitas reuniões era apontada a falta de interesse dos membros da comunidade com os cursos, mas as inscrições, que eram uma forma de acompanhar o interesse e avaliar a eficiência da divulgação, não são exigência para participação nos cursos (vide tabela “sem info”). À exceção do curso de dança, que foi imposto limite máximo de alunos, e as inscrições foram determinantes para quem poderia ou não participar das aulas. Da mesma forma, o controle da frequência não ocorreu em todos os cursos.

Os materiais desenvolvidos pela equipe do NEGA, tais como planilhas de controle de participantes e de interessados nos cursos com dados sobre estes participantes e como ficaram sabendo das atividades, formulários de avaliação destas atividades, além de controles para as outras atividades do banco como os empréstimos e moeda em circulação; no geral não eram utilizados, ao menos não de maneira consistente. Esses materiais possuíam o intuito de avaliar as atividades através de pequenos formulários entregues aos participantes; entender melhor a divulgação e o alcance das ações, através dos formulários de inscrição, e acompanhar de forma mais efetiva os cursos através das listas de chamada e de breves relatórios de cada aula. Nenhum dos cursos analisados possuía todos os materiais de controle preenchidos. Essa questão será analisada na próxima seção, em especial no item 4.4.4.

As atividades de controle e a forma de funcionamento do banco variam bastante, especialmente em decorrência das exigências da fonte de recursos. Essa instabilidade afeta bastante as agentes e se deve, também, à forma de organização da liderança da associação, tema que será abordado mais amplamente na seção seguinte, (item 4.4.3). Por enquanto buscaremos entender a trajetória de funcionamento do banco.

A participação em feiras e festas é medida apenas por fotos e por avaliação posterior dos membros da associação. As feiras possuem um alto índice de avaliação negativas, tendo contado por diversas vezes apenas com a participação de membros da associação, além de cancelamentos ou adiamentos por falta de expositores. A oferta de produtos coloniais e de hortifruti é a maior lacuna a ser preenchida nas feiras, pois, até o momento, não foi firmada nenhuma parceria com algum expositor da comunidade e as negociações com expositores de fora não têm se desenvolvido de forma proveitosa devido à incerteza no alcance das feiras, pois os custos com deslocamento e montagem de bancas representam um risco que, no geral, não tem sido assumido por expositores. Foram feitas diversas tratativas com núcleos de agricultura familiar, especialmente focados em produtos orgânicos, porém, um outro fator importante, é o custo destes produtos, incompatível com a situação econômica da maioria dos moradores da comunidade.

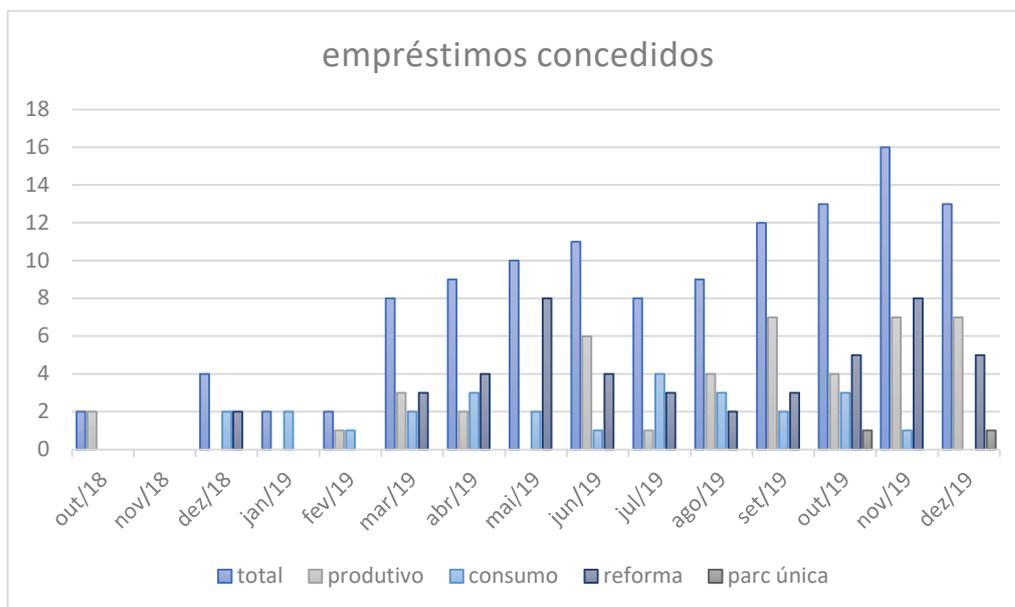
Já as festas, organizadas e divulgadas pelas agentes do banco, e, na maior parte das vezes, idealizadas pelos membros da ACONVI, são avaliadas de maneira positiva nas reuniões da associação, especialmente no quesito participação da comunidade, sendo a maior parte delas realizada em parceria com a Creche Nova Geração. Elas são realizadas em datas comemorativas como dia das crianças, natal, dia da mulher.

Não são utilizados sistemas de controle para festas e feiras. As avaliações são feitas em reuniões, sempre na imediatamente seguinte ao evento, contando apenas com as opiniões dos membros da associação presentes no momento e de forma breve, com um pequeno registro em ata que não é retomado antes de um novo evento.

A concessão de empréstimos é a parte mais burocrática e controlada das rotinas do banco: envolve preenchimento de cadastro, entrevista com a agente, aprovação da concessão pelo comitê de análise de crédito formado (por três membros da associação), possui uma tabela com progressão de valores a ser seguida e modalidades de empréstimo de acordo com o tipo de moeda e com sua finalidade.

Abaixo é apresentado um gráfico com o número de empréstimos concedidos por período, a partir de outubro de 2018 até dezembro de 2019, sinalizando também os tipos de empréstimos, que serão brevemente explicados a seguir.

GRÁFICO 1: Empréstimos concedidos



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos contratos de empréstimo do banco

Pode-se observar um crescimento (embora não constante) na concessão de empréstimos conforme o trabalho das agentes vai sendo desenvolvido. Nos três últimos meses de 2018, os três primeiros de trabalho das agentes, foram concedidos um total de seis empréstimos. Já no trimestre seguinte esse número dobra, e no segundo trimestre de 2019 são concedidos trinta empréstimos. De outubro de 2018 a dezembro de 2019 foram concedidos cento e dezenove empréstimos que representam um montante de R\$ 33.650,00. O valor destinado para o fundo de empréstimos na primeira redação do projeto de parceria com a Nexus totalizava R\$ 168.000,00

O banco possui um documento, aprovado em assembleia, que regula a política de crédito e que só pode ser alterado mediante votação pelos membros da associação. É ele que delimita os tipos de crédito e o regime de progressão do valor ofertado. Porém o documento oficial trata de apenas dois tipos de crédito, o produtivo e o de consumo. Ao longo de 2019 foram adicionados primeiramente o para reformas e, mais perto do fim do ano, o “parcela única”. Ambos passaram por votação entre os membros presentes em reunião e foram aprovados, mas não foram formalizados nem quanto ao objetivo nem quanto ao regime de progressão no documento oficial de política de crédito, criado com

auxílio do NEGA no período de criação do banco. As reuniões, no geral, possuem ata redigida a mão pela agente administrativa, sendo este o único registro oficial da incorporação das duas novas linhas.

O crédito produtivo está ligado diretamente ao objetivo do banco de auxiliar empreendedores locais, assim como as capacitações que possuíam, a princípio, este mesmo enfoque. Essa linha de crédito pode ser ofertada tanto em justos quanto em reais e objetiva auxiliar o empreendedor a comprar seus insumos para produzir. Os cursos voltavam-se ao ensino técnico de algum ofício e ainda eram oferecidas oficinas para as questões administrativas do empreendimento.

A linha de consumo volta-se para a movimentação dos circuitos econômicos locais sendo oferecida exclusivamente em justos e sem nenhuma cobrança de juros no pagamento em dia. A linha de crédito destinada a reformas surge diante da demanda de clientes do banco e dos próprios membros da associação como um ótimo facilitador para a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade. Da mesma forma surge a linha denominada “parcela única”, feita para quitar contas no prazo impedindo a cobrança de juros e devendo ser quitado no mesmo mês de sua retirada. Ambas linhas de crédito foram inspiradas em linhas ofertadas pelo banco Palmas.

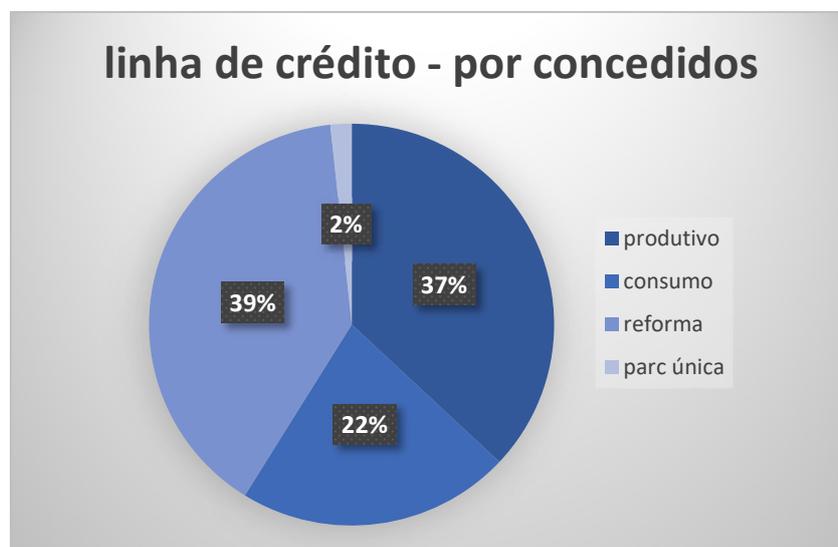
Nos gráficos que abordam as linhas de crédito (GRAF 1, 2 e 3) pode-se notar que a predominância da linha destinada a reformas se mantém tanto em quantidade de empréstimos concedidos quanto no montante, mas neste último sua predominância seja a quase 50% do total concedido.

GRÁFICO 2: Representatividade de cada linha de crédito pelo recorte do valor total de empréstimos concedidos



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos contratos de empréstimos do banco

GRÁFICO 3: Representatividade de cada linha de crédito pelo recorte do número total de empréstimos concedidos



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos contratos de empréstimos do banco

Quanto ao tipo de moeda, os empréstimos em justo representam apenas 8% do total do montante concedido no período.

O índice de inadimplência é de 65% no período, sendo que 7% consta como “sem informação” pois até o término do período de coleta de dados estavam em

negociação, restando 29% como inadimplente. Essa análise foi feita baseada no total de empréstimos concedidos, porém é importante fazer uma análise mais aprofundada desta informação: foram concedidos cento e dezenove empréstimos no período, para um total de sessenta e oito pessoas, das quais trinta e três pegaram empréstimo apenas uma vez, nesse grupo é onde há a maior inadimplência, aproximadamente 58%, analisando o número de operações. A soma em total dos valores retirados por inadimplentes no primeiro empréstimo é de R\$ 3.800, ignorando a distinção quando tomados em justo, ou seja, dezenove pessoas pegaram empréstimo apenas uma vez e não pagaram, totalizando um prejuízo de R\$ 3.800,00.

GRÁFICO 4: Relação entre inadimplência e o número de empréstimos de cada tomador

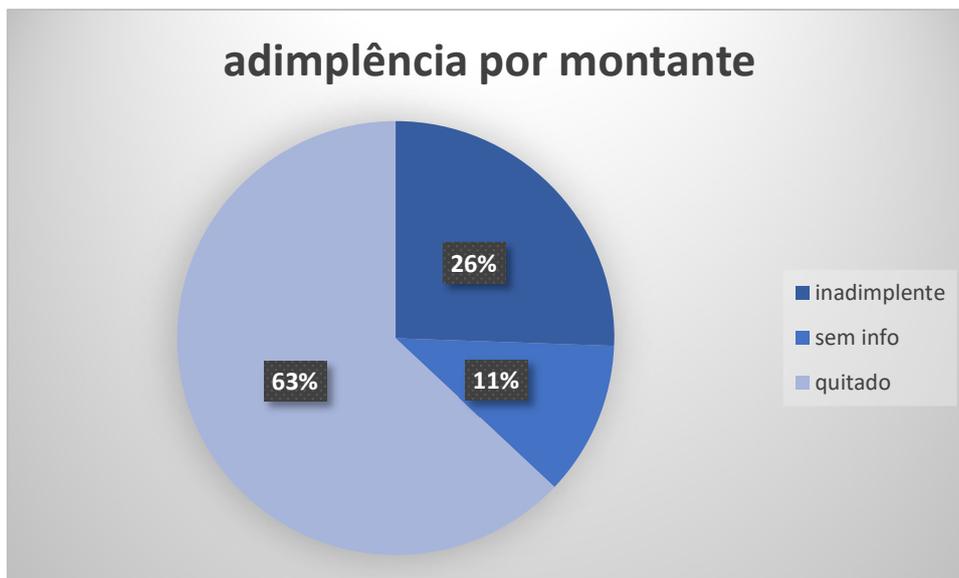


Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos contratos de empréstimos do banco

Um dado importante a ser inferido, ao analisar a inadimplência não baseada no número de empréstimos concedidos, mas sim pelo número de tomadores, dos sessenta e oito tomadores de empréstimo do período 50% estão inadimplentes, isso na visão mais otimista possível, considerando os sete empréstimos em negociação como quitados. Essa diferença nos números se deve ao regime progressivo dos empréstimos. Ao fazer a averiguação com base em valores os que ainda estavam sendo negociados no término do período de coleta somam R\$ 3.500,00, os quitados R\$ 19.200,00, sendo o saldo não pago

de no máximo R\$ 7.800,00. Como são considerados inadimplentes aqueles que possuem mais de três meses de atraso em alguma parcela, para fins deste trabalho considerou-se esse atraso na primeira parcela pois não foram fornecidos os recibos de pagamentos.

GRÁFICO 5: Representatividade da inadimplência a partir dos valores



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos contratos de empréstimos do banco

Um último ponto a ser analisado referente aos empréstimos trata da moeda social. Dos R\$ 33.650,00 disponibilizados pelo banco em empréstimos apenas 2.550,00 foram em Justo.

Quanto aos estabelecimentos que aceitam o justo, no geral seus donos e colaboradores não parecem entender a ideia por trás da circulação de uma moeda local. Aceitam o justo mas dão o troco em reais. E quando solicitados pelo troco em justo não estão preparados para isso, as notas não estão em locais de fácil acesso. Além disso a maior circulação de justos depende da creche Nova Geração, que oferece desconto no pagamento da mensalidade quando ela é feita em justo, e no maior mercado da região, mas em ambos os casos não há cruzamento da moeda entre comércios, no geral eles são utilizados quando há alguma vantagem e logo em seguida são trocados no banco, mesmo com um número de empreendimentos relativamente alto aceitando a moeda, a circulação dela não é fluída, representando ciclos bastante curtos. A planilha de controle

dos justos em circulação apenas contabiliza os que foram sacados no banco, não havendo controle sobre o tempo que eles ficam fora ou sobre seu ciclo.

Complementando o contexto da comunidade local pode-se citar que posto de Unidade Básica de Saúde (UBS) também oferece cursos e atividades, voltadas à saúde, de forma gratuita para os moradores da comunidade, também com baixa procura. Essa observação foi trazida em reunião da associação por um de seus membros, baseada em sua experiência pessoal por participar de alguns cursos oferecidos pelo posto.

Posteriormente foi feita uma reunião para desenvolver parcerias com o Posto de saúde, especialmente porque a nova presidente da associação possuía um histórico de conquistas relacionadas ao Posto, (o distanciamento ocorreu por problemas com a antiga gestão). Este representante da nova gestão pareceu muito animado em desenvolver a parceria com o banco e corroborou o baixo engajamento nas atividades oferecidas. Essa parceria que pareceu gerar grande empolgação de ambas as partes durante a reunião não chegou a se concretizar, exceto por alguns cartazes de divulgação cruzada, até o momento do término da coleta de dados desta pesquisa.

Considerando o apresentado acima suficiente para a compreensão do contexto e do funcionamento das atividades do banco no período estudado, passaremos a seguir para a análise dos dados que será feita a partir de uma subdivisão de itens que se correspondem de maneira não linear, mas entrecruzados em ciclos que se retroalimentam.

4.4 Análise dos dados

Já na primeira reunião do banco que a pesquisadora participou, ainda como bolsista, foi abordada a questão da baixa participação nos cursos e oficinas gratuitos ofertados e a dificuldade de aproximação com a comunidade, refletido especialmente nas visitas aos moradores e a estabelecimentos que com frequência alegavam desconhecimento e demonstravam certo grau de desinteresse por suas ações, neste período o banco contava apenas com uma

agente que trabalhava três tardes por semana e a princípio era consenso geral que aí residia a razão central dessa baixa adesão. Com apenas uma pessoa responsável por fazer a divulgação *boca a boca*, conversar com os estabelecimentos sobre a moeda e ainda atender quem chegasse ao banco, nenhuma das tarefas era realizada como deveria, realidade existente antes da parceria com a Nexus.

A questão da desmotivação desta agente também era recorrente em reuniões, talvez pela baixa remuneração talvez por não conseguir ver os frutos de seu trabalho. Este parecia ser o consenso para a explicação do baixo engajamento de moradores e estabelecimentos locais com as atividades do banco nas reuniões da ACONVI anteriores ao projeto com a Nexus.

Porém essa realidade mudou com a parceria supracitada, e como vimos na seção anterior, muitos dos indicadores do banco também mudaram, mas não com a intensidade esperada. Nesta seção discutiremos os fatores considerados determinantes no tamanho do banco comunitário e em seus impactos na comunidade no momento, no que tange a participação e o engajamento comunitário.

Partindo dos entendimentos trazidos em nosso referencial teórico, a busca pela compreensão das relações deu-se com enfoque primário no entendimento do significado e papel do banco, pois disso dependeria, em primeira instância, o processo de identificação e partilha de valores de Diani (2003). Desta compreensão se desenvolvem as relações do banco, seja com seus atores internos, com entidades parceiras e com a comunidade como um todo. Dessas relações dependem a sensação de pertencimento descrita por Rigo e França Filho (2017), de laços de confiança, solidariedade e proximidade. Chegando às dinâmicas internas do banco analisa-se sua aplicação prática dos objetivos centrais da entidade, seja como instituição – banco comunitário de desenvolvimento – seja como participante da economia solidária com objetivo de desenvolver as capacidades individuais, promover a melhora da qualidade de vida, fomentar os circuitos locais...

As categorias aqui apresentadas surgiram da análise exploratória fruto do período de interação da pesquisadora com o banco. Aprofundamentos foram

feitos a partir das percepções dos membros da associação e do NEGA, e posteriormente levados para outras etapas da pesquisa, e postos a prova em entrevistas e alguns cruzamentos de dados. Em alguns aspectos justamente a ausência de dados e de registros se configurava em evidência.

Para começar essa discussão seguiremos a mesma lógica da apresentação dos dados, começando por pontos que tratem de aspectos mais amplos em sua subjetividade, como quais aspectos podem ser estimuladores ou inibidores do engajamento na comunidade, partindo de dois aspectos de interação direta com a comunidade: a comunicação e as questões motivacionais e de representatividade da comunidade na associação, seguindo para questões mais internas, de liderança e aspectos relacionais com as entidades parceiras e de gestão interna. Os dois últimos itens dessa seção apresentam análises sobre o projeto da Nexus, percebido aqui como uma representação prática do material analisado anteriormente e, por fim, o item 3.5 trata de uma síntese do engajamento, com enfoque nas relações entre as limitações apresentadas nos itens anteriores.

3.4.1 Comunicação

Em reunião de planejamento realizada no fim de 2018, já com as novas agentes contratadas a partir do projeto Nexus, levantou-se, entre outras, a questão da comunicação com os moradores e a possibilidade da terminologia “banco” ser um agravante no distanciamento entre a entidade e a comunidade, pois traria desconfiança aos moradores. Diversas discussões e tentativas foram feitas na busca do aprimoramento na comunicação, testando-se tanto canais quanto linguagens diferentes, mesmo que sem se distanciar muito dos métodos já habituais, não foram percebidas mudanças neste sentido.

Essa questão da comunicação continua sendo levantada até o período de término da pesquisa, não só quanto à terminologia ideal para ser usada, como quanto ao conteúdo da mensagem e os canais mais efetivos. Uma das maiores lideranças dentro do banco é defensora ferrenha do *boca a boca* e, no geral, nas

entrevistas com moradores, os *flyers* e o jornal não se mostraram efetivos pois muitos afirmaram tê-los recebido mas que não haviam despertado interesse.

Já os cartazes foram apontados como chamarizes sendo citados frequentemente diante do questionamento: “Você já ouviu falar do Banco Comunitário Justa Troca?”, mas os cartazes tratam dos eventos e cursos realizados pelo banco e não de suas atividades primárias, gerando estranheza quanto ao termo “banco” para uma entidade que promove cursos e feiras, além da desvinculação entre seus papéis. Outro ponto importante sobre a eficácia dos cartazes está no fato de apenas trazerem uma memória nos entrevistados, mas quando questionados sobre qual cartaz, quais cursos, quais eventos, a maioria não soube responder.

As agentes reiteram essa questão com alguma frequência nas reuniões, mas ela está ainda mais presente nas conversas internas, durante a realização das atividades e nas entrevistas. Especialmente a agente responsável pela mobilização da comunidade que conta, em mais de um momento, sobre a não fixação da informação e o desinteresse do ouvinte. Aponta sua frustração acerca das visitas nas casas, falar com as mesmas pessoas e seguidamente receber a resposta de que nunca ouviram falar do banco, que não sabiam de sua existência.

Tal relato é confirmado nas entrevistas da pesquisadora, especialmente quando o analisado é a compreensão e interesse nas atividades do banco. A agente desabafa sobre sua insegurança de ser percebida pelos membros da associação como alguém ineficiente e sente-se frustrada ao considerar que muitos esforços são em vão. Mas analisa os números e consegue ver que, apesar de ser consenso que eles deveriam ser maiores, houve um aumento considerável tanto na concessão de empréstimos quanto na participação nos cursos e oficinas desde sua contratação.

Em reunião realizada no começo de agosto de 2019, com enfoque na questão da baixa participação da comunidade, foi abordada a questão da comunicação e as frustrações da agente e, a partir disto, membros da associação se dispuseram a auxiliar na divulgação. Inclusive, depois de breve

análise, percebeu-se que havia recurso para remunerar este trabalho, ainda que com um valor/hora relativamente baixo.

Nesta ocasião a pesquisadora ofereceu-se para elaborar, junto com os demais envolvidos, um material guia para essas abordagens, para que fossem escolhidos os argumentos, linguagem, pontos essenciais... a fim de padronizar os contatos e deixar os associados mais confortáveis com sua tarefa, por sentirem-se preparados para ela.

Porém, como muitas das propostas trazidas pelas agentes essa ideia não foi consolidada. Apenas uma das voluntárias, atual presidente da associação e ingressante recente, participou de algumas divulgações juntamente com a agente e a pesquisadora. Ainda assim a parte essencial para a mudança de comportamento, que seria uma discussão sobre as formas de linguagem e a padronização das abordagens, com o desenvolvimento de uma logística para elas, jamais aconteceu.

Como ocorre com frequência quando existem muitas pautas em debate, a prioridade é para questões mais práticas, e esta questão da melhora e padronização da comunicação pode ser vista como algo secundário e até mesmo acadêmico para alguns membros da associação e, portanto, ignorada. Há um cuidado em se evitar rejeitar ideias de forma abrupta durante as reuniões, muitas vezes tornando falha a comunicação até mesmo entre os poucos membros da associação. Essa questão do auxílio na divulgação por exemplo, foi trazida inúmeras vezes, primeiramente de forma voluntária, mas nas últimas vezes com remuneração, e ainda assim não há o comprometimento que a fala na reunião vincularia.

Problemas na comunicação são inerentes a coletivos de pessoas. Especialmente quando há bastante diversidade entre estes indivíduos. Mas este tema não deixa de ser extremamente importante por ser rotineiro, talvez parte de sua importância resida exatamente neste fato, pois o emaranhado de questões que cercam e geram essas falhas na comunicação são diversos e interligados e exatamente por isso esta é uma questão estudada por tantas disciplinas, mais de cinquenta de acordo com F. Valbuena (apud ANTONELLO, 2010)

A questão da comunicação está diretamente ligada ao engajamento em ações coletivas. O que parece faltar na percepção dos membros da associação é que essa falha na comunicação não se dá apenas nos canais escolhidos, ou na mensagem que deve ser passada para a comunidade, para incentivar a participação dos moradores nas ações promovidas pelo banco e a engajarem-se na promoção e realização destas atividades. Essas falhas são mais basilares, estando presentes nas reuniões e resoluções dos próprios membros e por muitas vezes enfraquecem os laços com suas entidades de apoio, como o NEGA.

Para Zarifian (apud ANTONELLO 2010) comunicar-se é: (a) principalmente construir um entendimento recíproco e bases de compromisso que se tornarão a garantia do sucesso das ações desenvolvidas em conjunto; (b) entender os problemas e as obrigações dos outros e sua interdependência, a complementaridade e a solidariedade destas ações; (c) conseguir entender a si mesmo e conseguir avaliar os efeitos de sua própria ação sobre os outros; e (d) chegar a um acordo referente às implicações e aos objetivos de ação aceitos e assumidos em conjunto, quanto às regras que nortearão estas ações.

Averiguar que os moradores da comunidade se mostram desconfiados e desinteressados acerca das atividades do banco e apontar esta como a principal falha na comunicação deste coletivo é ater-se a uma análise muito superficial. Esta falha começa no não entendimento do próprio papel entre os membros da associação. Não se gera mudança no grande grupo apenas com discussões e debates dentro de um pequeno grupo, e estes debates tornam-se ainda menos efetivos quando este último não é representativo com relação ao primeiro. Há o desejo verdadeiro pela mudança e o debate para tentar descobrir as melhores maneiras de atingi-la é extremamente necessário, mas apenas uma etapa sem realizações caso não seja possível estabelecer de forma clara quais serão as etapas seguintes e os papéis de cada um nelas.

É evidente nas reuniões e até mesmo nas interações realizadas em aplicativo de conversas que os papéis não estão definidos e que a ação padrão é a espera. Seja espera pela opinião da liderança mais antiga, pois existe a sensação, para dizer o mínimo, entre os membros que a esta liderança cabe o papel de tomadora de decisões, seja a espera pela ação de um outro associado. Por mais que muitas vezes os membros da associação revelem-se desmotivados

por não se sentirem ouvidos, não tomam ações no sentido de modificar essa cadeia hierárquica opressora e consuetudinária estabelecida de forma bilateral, em parte pela personalidade proativa e impositiva desta liderança, mas também por inércia dos demais membros.

Nas entrevistas, e até mesmo em conversas informais com membros da associação, este comportamento é justificado pela sensação de estarem fazendo mais que os outros. Há uma disputa interna e velada por espaço, porém essa disputa não serve como motivador para a ação e sim como justificativa para frustração.

A unidade necessária a uma associação comunitária não parece ser forte o bastante na ACONVI e uma grande razão para isso são falhas na comunicação, falhas essas que comprometem a percepção do papel de cada um dentro da associação, as causas com quais estão comprometidos, as ações que deveriam estar tomando e quais as consequências esperadas destas ações. Isto tudo gera uma sensação de inadequação, falta de efetividade e vai comprometendo a sensação de pertencimento e reconhecimento, tão necessários para a motivação e para o engajamento que o banco necessita.

Essa questão da comunicação permeia todos os níveis relacionais da associação, seja nas discussões internas e na tomada de decisão, seja nas entidades de economia solidária parceiras. Pode-se tomar como exemplo afirmações oriundas das entrevistas que demonstram que quem sabia um pouco mais sobre os empréstimos era porque possuía alguma relação com alguém da UNIVENS ou da Nova Geração, que já havia tomado empréstimo. Porém, mesmo quando a relação era bem próxima (compondo mesmo grupo familiar) as entrevistas revelavam um baixo grau de entendimento a respeito do funcionamento dos empréstimos e das atividades do banco, no geral.

Algumas frases foram muito representativas: “ela (a tomadora) não soube me explicar direito” ou “eu não entendi direito como funciona...” sempre seguidos de alguma expressão que demonstrava o não interesse em realmente saber do que se tratava, mesmo com uma oferta de empréstimo sem cobrança de juros (para moeda local, ou com juros baixíssimos para real) e sem consulta a SPC ou Serasa.

Um outro ponto importante quanto a esse aspecto que apareceu nas entrevistas, em especial as realizadas na Chimarrão, foi a desconfiança apontada quando a pesquisadora explicava o funcionamento, de maneira breve, era a respeito da origem do dinheiro. Ao longo das conversas, que quando entravam nesse assunto não era autorizada a gravação, foi possível perceber que essa desconfiança era ampliada com a dualidade política presente atualmente no Brasil. Em entrevista com a atual presidente da associação ela trouxe mais de uma vez essa desconfiança, que com ela era tratada com mais facilidade entre assuntos de vizinhas, em especial quando ela assumiu a presidência da ACONVI, de que o banco servisse como forma de lavagem de dinheiro para um partido político (alvo de diversas acusações de corrupção e que antagoniza diretamente a inclinação política da atual presidência), ligação essa explicada pela indistinção, percebida em diversos momentos das entrevistas, entre a liderança do grupo mobilizador do banco e o próprio banco.

3.4.2 A Comunidade e a motivação

O Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, NEGA, da Escola de Administração da UFRGS, se inseriram nessa mesma proposta com o objetivo de movimentar a Universidade para dentro das comunidades. O NEGA foi fundamental para o desenvolvimento do projeto de criação do banco Justa Troca, incentivando a expansão dos Bancos Comunitários e fortalecendo esse projeto no Sul do país. Atualmente em Porto Alegre, os Bancos Comunitários existem na Vila 1º de Maio, o banco Cascata, e na Vila Nossa Senhora Aparecida, o Justa Troca. Conforme sinalizado anteriormente, o NEGA realizou um mapeamento das comunidades antes da implementação dos bancos.

Neste mapeamento apontou-se que 74% dos empreendimentos da comunidade são familiares, 48,7% são de serviços, 31,1% comércios e 19,2% produção e que 64,1% dos clientes são do bairro. No período do mapeamento (2015), aproximadamente 40% da população ainda é da época da ocupação e, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, a Vila possuía 4.170 moradores. Estes dados demonstram uma baixa rotatividade populacional na

comunidade, fator que contribui, em tese, para motivar os moradores a engajarem-se em atividades que visem o desenvolvimento local.

Alguns dos projetos escritos pelas agentes do banco para editais com intuito de captar recursos visavam justamente ações de maior visibilidade para os moradores, como a construção de uma praça com equipamentos de ginástica ao ar livre (edital da Coca Cola) e a realização de mutirões de revitalização em algumas ruas da comunidade (edital do Sicredi), apesar destas ações não serem o padrão inicial do banco (mais focado em aulas) a ideia era justamente apresentar resultados mais concretos para uma parcela maior de moradores a fim de demonstrar o trabalho do banco na comunidade e com isso aproximar o motivar os moradores a participarem das ações. Infelizmente nenhum dos projetos citados foi aprovado, porém essa linha de pensamento de ampliar a visibilidade através de iniciativas ou mais concretas ou mais atrativas para comunidade foi seguida não só na escrita de projetos, mas na escolha de cursos a serem ofertados, esse ponto será tratado mais profundamente a seguir.

Um outro ponto importante a se salientar quanto a comunidade são as desigualdades internas. Ao se observar as ruas no entorno do banco pode-se perceber com clareza a grande desigualdade socioeconômica presente na comunidade. A menos de três quadras de distância encontra-se, de um lado, uma rua asfaltada, com saneamento básico, casas com pátio, grades, enfeites, algumas de dois pavimentos, muito bem cuidadas, e de outro lado, esgoto a céu aberto, em alguns casos com espaço de menos de um metro de chão batido para travessia de pedestres (devido à erosão, problema que tende a piorar) e tábuas de madeira improvisando pontes para chegar até as casas humildes que são alagadas com grandes chuvas. Essa é a realidade da Chimarrão, parte de maior vulnerabilidade do bairro.

Abaixo algumas fotos (FIG 1, 2, 3 e 4) retiradas no dia das entrevistas de casa em casa para ilustrar a situação:

FIGURA 1: A Chimarrão

Figura 1 foto tirada pela pesquisadora em uma das visitas a comunidade

FIGURA 2: O esgoto a céu aberto

Figura 2 foto tirada pela pesquisadora em uma das visitas a comunidade

A situação da Chimarrão é alarmante. A erosão vem diminuindo gradativamente o espaço de entrada para as casas, o risco de desabamento é claro para qualquer transeunte. Em diversas casas os moradores improvisaram pontes de madeira para conseguirem transpor o valão e chegarem às suas casas.

FIGURA 3: As pontes utilizadas para chegar às casas, foto aproximada



Figura 3 foto tirada pela pesquisadora em uma das visitas a comunidade

FIGURA 4: As pontes utilizadas para chegar às casas, foto afastada



Figura 4 foto tirada pela pesquisadora em uma das visitas a comunidade

É justamente nesta parte da comunidade que o banco, até então, não estava conseguindo chegar, quadro que vem aos poucos se modificando através da nova presidente da associação, moradora da Chimarrão e militante conhecida desta região. Foi também nesta parte da comunidade que foram apontadas as maiores desconfianças com relação ao banco, muito por não entender seu funcionamento, muito por não acreditar em ações em busca do bem comum sem interesses pessoais encobertos.

Essa questão da desigualdade contribui muito para os fatores já expostos anteriormente (falhas na comunicação e pessoalização da instituição). A percepção da realidade é individual e moldada por diversos fatores como experiências, relações... (ROBBINS, 2002; FRITZEN, 2001; MINICUCCI, 2001) portanto essa disparidade entre membros da mesma comunidade afeta diretamente na percepção deles sobre a importância das atividades do banco, até porque, de forma mais direta, as próprias necessidades destes grupos distintos é também muito diferente. O entendimento de identificação e de sensação de pertencimento, abordados anteriormente como pontos determinantes para o engajamento também são diretamente afetados por essa

disparidade e falta de representatividade na associação. A nova presidência da associação é um passo importante na direção da inclusão das necessidades dos moradores da Chimarrão nas pautas do banco, porém um passo sem destino sem outras modificações.

Essa reflexão se faz crucial não só como exemplificação dos estudos apresentados por Amartya Sen, que traz a importância das necessidades básicas supridas para o desenvolvimento humano e comunitário, mas como uma representação em um curto território do que foi sendo delineado até agora neste trabalho, começando pelas desigualdades socioeconômicas no Brasil como um todo, o retrocesso nas políticas públicas, a história do surgimento da Vila Aparecida, o engajamento que houve nesta mesma comunidade na mobilização de diversas conquistas com o orçamento participativo e o impacto na supressão de políticas públicas nesse sentido. Essa falta de representatividade na tomada de decisão é exemplo do que acontece na nossa política como um todo, e é justamente um dos pontos que as diretrizes da economia solidária buscam combater.

3.4.3 Liderança e questões de gestão interna

Outro ponto levantado, em especial nas entrevistas com membros mais antigos da associação e participantes do grupo mobilizador, foi que as poucas lideranças atuantes no local já tinham mais idade, estavam cansadas, e não havia a perspectiva, no curto prazo, de uma renovação. Essa questão também pode ser percebida nas últimas eleições para associação pela dificuldade de encontrar interessados para preencher os cargos. Chegando-se ao extremo de, no dia das eleições as agentes precisarem sair convidando as pessoas que estavam passando na rua para participar, apesar de ampla divulgação (pelos meios tradicionais).

Esta questão já havia sido levantada durante o período de pesquisa anterior à criação do banco quando dois consultados (lideranças de dois bancos comunitários brasileiros importantes) a respeito manifestaram opiniões

divergentes: Joaquim apontou que isso ocorre em muitos bancos do Ceará, para os quais o banco Palmas presta assessoria, e que mesmo que não se consiga uma mobilização inicial considerada ideal, posteriormente, com as ações do banco, este engajamento vai sendo construído, e que funciona de forma diferente em cada comunidade. Já Leonora, do banco Bem, assinalou que, se não se consegue mobilizar no mínimo 60 pessoas para a implementação do banco sua viabilidade fica altamente comprometida.

O posicionamento divergente de Joaquim e Leonora, apontado em entrevista com a professora da UFRGS, sobre o período de formação dos bancos JT e Cascata, nos dá indicativos destes apresentarem perfis de liderança diferentes, o que possivelmente impacta sobre a forma como as organizações nas quais estão inseridos se orientam, desde seu processo de idealização até a tomada de decisão durante seu trajeto além das formas como os demais envolvidos se manifestam.

Um outro ponto facilmente percebido nas entrevistas é a pessoalização da entidade. Como já foi dito, a grande idealizadora do banco é uma liderança muito conhecida na comunidade e esteve/está ligada a muitas lutas e conquistas locais, interagindo de forma ativa com muitos moradores, desenvolvendo relações, e como toda relação interpessoal elas possuem aspectos positivos e negativos. Porém, por ser uma figura muito mais conhecida que o banco em si, muito de sua personalidade parece ser estendida ao banco na percepção de alguns moradores, que compreendem o banco como uma extensão das ações e orientações ideológicas desta liderança.

Esse ponto fica claro nas entrevistas quando o banco era frequentemente reconhecido como “o banco da *Fulana*” ou atividades promovidas pelo banco entendidas como “lá das gurias costureiras”, ou citando diretamente a UNIVENS, cooperativa que a líder comunitária citada nas entrevistas também é bastante associada e é uma das fundadoras. Aspectos pessoais com essa liderança chegaram a aparecer nas entrevistas como fator excludente do desejo de saber mais sobre a associação ou envolver-se com ela.

Além disso há uma grande associação desta liderança com o partido que representa a principal oposição ao atual governo. Apesar de não haver filiação

formal ao partido, é sua grande defensora e muitas das conquistas, especialmente as iniciais, dessa liderança foram atingidas graças a conexões políticas. Por ser um partido que tem sido alvo de muitos ataques e desconfianças, e somadas as questões supracitadas de falhas na comunicação e dificuldade do entendimento do funcionamento do banco, muitos recebem as explicações sobre o banco com desconfiança, em especial na Chimarrão, como já apontado anteriormente.

Essa questão deve ser analisada por dois âmbitos, um bem específico, ligado tanto a trajetória de vida e personalidade da idealizadora do banco JT, ao momento histórico vivido e as desconfianças alimentadas contra este partido em específico e as falhas na comunicação especialmente nesta região da comunidade, que também é reflexo das grandes diferenças socioeconômicas dentro da própria comunidade, que acabam gerando estratificação; e outro mais geral ligado a perfis de lideranças.

A líder em questão possui muitas características do líder carismático weberiano, assim como Joaquim do banco Palmas, este tipo de liderança tende a propiciar essa personalização da entidade, e centralizar decisões, mesmo que não necessariamente de forma autoritária, o que acaba desmotivando a participação dos demais associados. Suas conquistas e personalidade deram visibilidade ao banco, aproximaram parceiros e dão segurança quanto a tomada de decisão para os membros da associação, mas ao mesmo tempo muitas vezes intimidam esses membros que possuem dificuldade de se posicionar em muitas questões, como já foi citado no subitem referente à comunicação. Mesmo que, no momento, essa liderança não possua nenhum cargo formal na associação, ainda assim uma resposta corriqueira diante de qualquer questionamento sobre uma festa, oficina, divulgação é “tem que ver com a *Fulana*”.

3.4.4 Aspectos relacionais

A partir do já citado sobre as falhas na comunicação e no próprio entendimento do banco e do papel de cada um nele, de uma breve perspectiva

sobre as disparidades e a estratificação social na comunidade e do perfil de liderança do banco, que influencia diretamente na sua forma de gestão, podemos passar para uma percepção das relações do banco com entidades parceiras, entre elas, as citadas apresentadas no item 3.2 (UNIVENS, Justa Trama e Nova Geração) além do NEGA e da Nexus.

Quanto as entidades que surgiram antes do banco e no mesmo circuito dois pontos devem ser abordados: o primeiro trata da separação da personalidade dessas entidades, em especial a UNIVENS, que é a mais antiga e mais reconhecida na comunidade; outro ponto são as circunstâncias que levaram à criação dessas entidades, oriundas especialmente de uma necessidade, exceto a Justa Trama que nasceu de uma oportunidade e nova percepção da realidade.

O primeiro ponto é reflexo especialmente das situações já abordadas, acerca das falhas na comunicação, das formas de gestão e do tipo de liderança, todos esses fatores resultam na falta de identidade do banco levando-o a não ser reconhecido como uma entidade independente.

O outro ponto é um pouco mais complexo pois envolve tanto a natureza dessas entidades como o contexto nas quais elas foram criadas. As experiências positivas vividas anteriormente por este grupo motivaram a criação do banco, porém parecem ter deixado passar algumas diferenças fundamentais. A UNIVENS é uma cooperativa, por mais que tenha sido concebida e se mantenha nos moldes da economia solidária, ela depende especialmente de suas cooperativadas.

A Justa Trama, é uma central cooperativa que articula uma cadeia nacional fundamentada na economia solidária e na sustentabilidade, mas também depende essencialmente de seus colaboradores diretos, mesmo que ainda não possua autonomia financeira, dependendo de financiamento externo, ambas instituições ainda se enquadram no sistema capitalista, no espectro da produção de bens para comercialização. Seus grandes diferenciais estão na gestão dos recursos humanos, nos produtos em si e na distribuição dos lucros.

Já um banco comunitário de desenvolvimento precisa de um maior engajamento da comunidade para acontecer. Não basta alguns associados

produzindo, pois seu objetivo não está na produção material direta. Seu objetivo é produzir conhecimento, gerar e girar renda dentro da comunidade e para tal é preciso que esta comunidade se envolva.

Embora as três entidades supracitadas precisem do engajamento de um grupo mobilizador para existirem e dependam da comunidade na qual estão inseridas, o ponto crucial aqui é o nível. Para as outras entidades o maior esforço foi necessário como força motriz para sua criação. O banco precisa desse nível de esforço de forma constante, justamente pela diferença no produto, em especial se entendermos seu produto como o inicialmente concebido, não se tratando apenas dos empréstimos, mas sim os entendendo como uma das bases de um tripé que inclui capacitação e mobilização comunitária (esse tópico será discutido mais profundamente posteriormente).

Um banco comunitário, como possui o objetivo de desenvolver, exige um nível de engajamento comunitário maior que a maioria de outras entidades, que no geral precisam de um esforço maior para sua criação, ou que causas/lutas que engajam a partir de um objetivo em comum, mais palpável, como a luta por condições básicas no período da ocupação, que deu origem a própria Vila Aparecida. Como entidade concebida com objetivos abrangentes não há como atingi-los contando com o mesmo tipo de relação presente nos outros empreendimentos. Não há a contratação (independente da forma de vínculo) de colaboradores para a produção de um bem e sua comercialização. O “bem” em questão é a qualidade de vida dos moradores de uma comunidade e ele não é algo que possa ser produzido dentro de um grupo fechado e posteriormente comercializado (ou distribuído).

Já quanto a relação com o NEGA as questões giram muito mais em torno das formas de gestão. O desenvolvimento do projeto foi em colaboração mútua e com o mesmo empenho por parte do núcleo tanto no Justa Troca quanto no Cascata. As particularidades de cada região e de cada grupo mobilizador foram delineando as relações. Graças à visibilidade dos outros empreendimentos de economia solidária e da própria liderança, o Justa Troca se sobressaiu na captação de recursos, porém os esforços do NEGA para seguir as diretrizes iniciais, para a implementação de políticas internas de gestão e de ferramentas de controle, não obtiveram resultados e com isso a motivação vai definhando.

Em entrevistas com os professores responsáveis e com bolsistas do grupo o sentimento de estar sendo subaproveitado era constante.

Por exemplo, cursos eram desenvolvidos sem serem aproveitados; reuniões acerca dos objetivos de curto e médio prazo eram realizadas e partir delas planos de metas eram desenvolvidos para logo depois, sem aviso prévio, esses objetivos serem alterados de forma unilateral pela liderança; materiais eram elaborados para serem esquecidos em gavetas; argumentos embasados em conhecimento acadêmico e empírico de profissionais altamente especializados e reconhecidos no meio eram ignorados. A relação entre o NEGA e o JT foi mudando de parceria para uma consultoria gratuita, um apoio. Contudo, o distanciamento vem sendo gradual ainda com alguns passos na tentativa de não deixar que os laços fiquem tão empobrecidos.

Além das questões de relação com parcerias externas, é preciso também avaliar a organização interna do Banco e a gestão do projeto externo que viabilizou a emissão da moeda local, o que é feito na seção seguinte.

3.4.5 Questões estruturais e o projeto da Nexus – as consequências das limitações trazidas anteriormente

O objetivo central do banco no momento de sua criação era fomentar os circuitos econômicos locais gerando desenvolvimento econômico e social através da melhoria da qualidade de vida dos atores locais. Este objetivo era perseguido baseado em um tripé que envolvia a moeda local, os empréstimos a baixo custo e cursos técnicos/profissionalizantes juntamente com acompanhamento e aconselhamento dos empreendedores.

O suporte teórico desenvolveu-se embasado com enfoque em pessoas que, sem uma fonte de renda formal, não estavam conseguindo se inserir no mercado de trabalho e poderiam fazer um curso de nível técnico, como um básico de costura por exemplo, e pegar um empréstimo a baixo custo para começar aos poucos na nova profissão, responderia um cadastro existente na

linha de crédito denominada produtivo e através dele já teria algumas orientações e acompanhamento.

Como as linhas de crédito são progressivas, após pagar o primeiro empréstimo, poderia retirar um de maior valor, para poder ir expandindo seu negócio. Além disso, como os empréstimos em justos não possuem juros seria dada a preferência, sempre que possível, para essa moeda e assim alimentar o comércio local. A outra linha de crédito intitulada consumo teria como objetivo principal suprir as necessidades do tomador e fomentar a economia local, sendo oferecido exclusivamente em justo.

A linha reformas surge como demanda da comunidade, criada através de relatos dos membros da associação a respeito dessa necessidade. Por mais que ela esteja em consonância com os objetivos do banco relacionados a promoção do bem-estar e melhora nas condições de vida dos moradores da comunidade essa linha não compõe o ciclo pensado inicialmente e possui uma alta representatividade diante do total de empréstimos concedidos, chegando a quase 50% do valor total concedido no período analisado. Um outro ponto importante que concorda com essa sequência de análise no espectro econômico do banco é a baixa circulação de justos no bairro, conforme o último levantamento recebido pela pesquisadora, em 31/05/2019 havia um total de 3.331,00 de justos em circulação na comunidade.

Ainda diante da percepção de distanciamento dos objetivos primários do banco, podemos observar uma maior participação e engajamento (analisado através do retorno, de depoimentos e de feedbacks) nos cursos de caráter mais recreativo. Especialmente no que se trata das impressões recebidas os cursos de teatro, dança de salão e de música são os mais lembrados nas entrevistas, os considerados melhores iniciativas, os que geram maior empolgação na associação e nos depoimentos de alunos.

Os cursos intermediários como pintura em tela para iniciantes e crochê, que podem ter um viés empreendedor, mas no geral são mais procurados como hobby, foram o grupo com maior engajamento/participação. Um curso que se sobressaiu sem estar entre esses dois grupos foi o de sabão ecológico, mas não

chegou a ser usado para comercialização entre os participantes e sim como fonte caseira para dar um destino ao óleo de cozinha e pelo seu caráter sustentável.

Os cursos de costura, por exemplo, têm um alto índice de desistência. Os cursos de precificação e marketing oferecidos pelo NEGA até possuíram uma participação maior que a primeira edição, logo no período inicial do banco, que contou com apenas um participante, mas ainda assim apresentam uma baixa procura e índice de retorno segundo os professores. Além disso, não foram citados nenhuma vez nas entrevistas nos questionamentos sobre o que o banco oferecia.

Um outro ponto trazido com frequência nas reuniões na hora de escolher projetos e editais para a captação de recursos era justamente esse apelo para a comunidade conhecer o banco. A linha então seguida foi a de buscar editais que tornassem possíveis ações mais visíveis ao maior número possível de moradores, então se abandonou a ideia de cursos, quando possível já que a maioria dos editais abertos têm um viés educacional, para buscar patrocínio para equipamentos de ginástica, para uma praça, para pintura de muros, plantio de flores, embelezamento das ruas...

Esse distanciamento do projeto inicial pode ser um dos influenciadores na baixa consistência na participação e engajamento dos atores locais com o banco, em parte por dificultar a compreensão dos objetivos e ações do banco, tornando-o confundível com personalidades mais estruturadas, como a da Creche e a da Univens, ou até da própria figura pessoal da líder que engajou esses empreendimentos de economia solidária. Essa inconsistência também por ser vista na baixa circulação da moeda local e na falta de mecanismos de avaliação dos impactos das ações do banco. Além disso se afasta da sua estrutura original, pensada baseada num tripé e em um ciclo de retroalimentação. Esse caráter mais comunitário que o banco vem tomando também o afasta de projetos de financiamento, como trataremos agora ao falar especificamente do projeto com a Nexus.

A questão do engajamento e participação não era levantada apenas em reuniões da associação, sendo ponto central também da parceria com a Nexus. Para entender melhor essa relação, são apresentados a seguir trechos do

projeto inicial acordado entre ambas as instituições e um pouco do caminho percorrido nessa relação através de trechos dos relatórios e da própria experiência da pesquisadora como responsável pela prestação de contas deste projeto.

Na justificativa do projeto o tripé e seu ciclo de retroalimentação supracitado já é trazido:

(...)projeto busca dar a devida prioridade a ações que permitam dar maior consistência às atividades concretas, o que inclui o fortalecimento da oferta de empréstimos e circulação da moeda local através da ampliação do fundo, o desenvolvimento de um processo de capacitação orientado aos empreendedores locais da economia popular e um incentivo a redes locais e associativas de produção e consumo, priorizando aqueles que mais precisam, isto é, mulheres e jovens. Estes processos de capacitação permitirão dar ferramentas técnicas e, ao mesmo tempo, ser um espaço de trocas, de formação cidadã, no qual se aprofundam as relações entre a população e os empreendimentos de economia solidária que já funcionam na comunidade.

Posteriormente é trazido um ponto ainda mais complexo, de ampliação da influência e poder de articulação do banco em espaços mais amplos, especialmente a Rede Brasileira de Bancos comunitários, como forma de fortalecer a luta por políticas públicas para finanças solidárias. Ou seja, transpor o objetivo do banco de melhoria da qualidade de vida e promoção do bem-estar dos membros da comunidade para uma luta mais ampla e um papel de mobilizador dentro das articulações políticas da economia solidária.

O projeto refere como objetivo geral o “potenciamento” do Banco Comunitário Justa Troca como instrumento de organização comunitária e desenvolvimento local para geração de oportunidades de trabalho digno e renda para mulheres e jovens da Vila Nossa Senhora Aparecida”. Este ponto reforça o analisado na subseção anterior, sobre o afastamento dos objetivos iniciais do banco e como seu caráter comunitário está se sobrepondo ao de promotor do desenvolvimento local.

Quanto ao detalhamento dos objetivos específicos, resultados esperados, atividades e indicadores o projeto é bastante detalhado. Os dois objetivos específicos iniciais referem-se à operacionalização do banco, tanto com a contratação de agentes quanto com questões administrativas como a política de

crédito, sistemas de acompanhamento de empreendimentos que estejam sendo apoiados pelo banco, ou seja, a sistematização das operações.

Os indicadores observados para estes objetivos tratam do número de empreendimentos e pessoas cadastradas e controles administrativos funcionais e operando. Importante atentar para os objetivos de ampliação na concessão de empréstimos nas duas linhas oferecidas em 100% e dos justos em circulação também em 100%. Em arquivo presente em base de dados online de contabilização dos justos em circulação em 21/08/2018 havia um total de 3.485 justos em circulação, em 31/05/2019 havia 3.331 justos em circulação.

Quanto aos empréstimos a meta de dobrar o número de concedidos foi atingida, mas levou cerca de sete meses e no próprio projeto há uma observação acerca do quão baixos eram esses números iniciais. Até agosto de 2018 foram concedidos vinte e oito empréstimos (em setembro não foi realizado nenhum), sendo quinze produtivos e treze consumo. De outubro de 2018 a outubro de 2019 foram concedidos trinta produtivos e vinte e cinco consumo. Foi feito o recorte de um ano para essa comparação pois este era o prazo inicial do projeto.

Porém é importante salientar o valor do aporte destinado ao fundo de empréstimos: R\$ 168.000,00. Como os empréstimos são de valores baixos e em sistema progressivo seria necessário um número massivo de empréstimos para fazer circular este valor. O montante equivalente a soma de todos os empréstimos concedidos durante todo período analisado, incluindo as linhas de crédito novas, chega a apenas 20% do valor do fundo.

Ambos dados com relação aos indicadores dos dois primeiros objetivos são considerados aqui como indicativos do baixo engajamento, mesmo que a meta de dobrar os empréstimos concedidos tenha sido atingida, ainda assim o montante é muito baixo em comparação com o aporte disponibilizado e a circulação da moeda social pouco efetiva, como já abordado anteriormente, sendo utilizada muito mais apenas para troca.

Os outros dois objetivos específicos tratam da articulação de redes de capacitações e de desenvolvimento comunitário nos moldes da economia solidária além de um sistema de divulgação operante e eficiente. Aqui os indicadores tratam do número de participantes das capacitações e feiras, mas

não estipulam números considerados mínimos, e da estruturação das campanhas de divulgação. Mesmo sem indicadores específicos ao analisarmos a tabela de participantes dos cursos (tabela 3) podemos observar não só a falta de sistemas de controle que possibilitem uma boa leitura das atividades como também a maior procura por cursos de caráter mais recreativo, que à priori deveriam servir como chamariz para o banco e não como objetivo central.

No geral a organização do projeto foi feita de maneira bem específica e didática. Porém, a forma como ele era referenciado, em reuniões da associação, sempre foi bem menos formal. O projeto em si só chegou à responsável pela prestação de contas no final do prazo de entrega do segundo relatório trimestral, após inúmeros problemas com o primeiro que ficava precisando ser refeito e de muita dificuldade na comunicação via e-mails, em parte pelo idioma, mas majoritariamente pela discrepância de informações acerca da forma e das exigências do relatório.

Essas falhas na comunicação eram trazidas pelas agentes em inúmeras reuniões e nas entrevistas como grande fator estressante na execução do trabalho. Tudo era tratado como “muito simples” na hora da delegação das tarefas e poucas informações eram passadas acerca das exigências na execução dessas tarefas, o que gerava inúmeros problemas para as agentes além da impressão de incompetência. Esse aspecto não foi aprofundado na subseção comunicação pois foi percebido como uma questão mais profunda que demandava o conhecimento dos outros aspectos tratados anteriormente, como a questão da centralização do poder e das informações que estão inclusas no tipo de liderança, como as relações com outros empreendimentos e, por fim, utilizando o projeto da Nexus como exemplo.

A primeira versão do relatório trimestral de prestação de contas foi devolvido para ser refeito inúmeras vezes, explicações eram dadas de forma aparentemente confusa, simplesmente porque o projeto e os indicadores não haviam sido passados para a agente responsável, sua única orientação foi “é só falar quais atividades realizamos, listar as compras e anexar as notas fiscais” ignorando que havia um sistema de controle bastante especificado, com itens divididos por categorias que possuíam um montante específico direcionado e possíveis usos para os recursos, os quais muitas vezes foram utilizados para a

compra de outros materiais sem a devida explicação. No geral as representantes da Nexus eram extremamente compreensivas e tudo pode ser contornado, especialmente diante de muita empolgação e fé nas narrativas sobre a trajetória do banco, e poucos dados concretos.

Para exemplificar a discrepância entre o primeiro relatório elaborado e o projeto serão feitos a seguir recortes do documento:

Como o Banco é organizado nos moldes na economia solidária com o intuito de fortalecer os circuitos econômicos locais visando o desenvolvimento sócio econômico dos moradores da região o trabalho voluntário sempre fez parte da história do banco, sendo sua base inicial. O engajamento e o protagonismo de seus idealizadores se mantém e prolifera, contando ainda com o voluntariado. (primeiro relatório trimestral elaborado pela agente de projetos)

Esse trecho inicial estava introduzindo as tabelas de trabalho voluntário, que seria a forma de realizar a contrapartida do banco, exigida pela Nexus. Após uma média das horas dedicadas, já que não existiam ferramentas de controle dessas horas, baseou-se um valor/hora, para quantificar essa contrapartida, na remuneração das agentes presenciais, que também eram listadas como voluntárias pois o projeto exigia que parte da remuneração das agentes fosse da competência do banco, portanto, a maneira encontrada foi transformar essas horas que o banco deveria remunerar em voluntárias.

Depois deste quadro segue-se um relato informal das atividades e das percepções das agentes e participantes no intuito de demonstrar a movimentação gerada pela parceria, de maneira subjetiva, já que não haviam sido coletados indicadores de forma consistente.

A contratação das agentes trouxe novo ânimo e movimentação para o banco, possibilitando a realização de eventos, feiras, capacitações, num ritmo maior que o anteriormente vivido. Além de aos poucos começarem a estreitar os laços com a comunidade, com as visitas a empreendimentos, e as casas de moradores, em especial para a entrega do jornal que passou a ser produzido também graças as contratações.

Levar a comunidade a compreender o funcionamento do banco e engajar-se em suas atividades já era visto como um grande desafio no primeiro relatório enviado para prestação de contas da parceira com a Nexus, mas neste momento ainda havia muita esperança e empolgação com a contratação das agentes e eram celebradas as primeiras conquistas neste sentido com o aumento da presença e da movimentação em torno dos eventos realizados, em especial o curso de teatro que foi a primeira empreitada do banco capaz de captar a

presença de jovens, alguns deles voltaram ao banco posteriormente questionando sobre uma próxima edição.

Alguns depoimentos de participantes de cursos e festas foram publicados no jornal com intuito de divulgar e atrair mais a comunidade, a exemplo o depoimento (...) (primeiro relatório trimestral elaborado pela agente de projetos)

O caráter informal e subjetivo era apresentado à agente como característico dessas relações de apoio, e não condizia com o projeto firmado inicialmente, o que ocasionou muito retrabalho e dificuldade na comunicação com as representantes da Nexus. Quando uma das representantes veio pessoalmente visitar o banco para acompanhar os progressos é que muitos desses entraves foram desfeitos. Ainda assim, aparentemente, as duas entidades falavam línguas administrativas distintas.

Desta primeira visita, e de uma outra posterior em conjunto com Joaquim do Banco Palmas, que essa representante da Nexus elabora um informe com relatos das agentes, da equipe do NEGA e suas próprias percepções. Deste arquivo três pontos se sobressaem para essa pesquisa. O primeiro é de quando ela trata sobre a comunidade:

Sobre o Banco as diferentes entrevistas aos protagonistas deste atividades confirmam que a Vila Nossa Senhora Aparecida é uma vila na qual a organização foi decrescendo e a violência ligada ao tráfico de drogas é bem presente e que o aparecer de um banco comunitario suscitou perplexidade, por medo a que tivesse objetivos políticos ou outros não formalmente declarados (de onde vem os recursos? quem ganha com este banco?), mesmo si todo mundo está bem familiarizado com o crédito tradicional. Para isto um programa de acercamento a comunidade foi e é organizado, para apresentar o Banco, para construir lazos e relações. (informe da representante da Nexus – a grafia original foi mantida)

A representante da Nexus aponta aqui duas questões trazidas nesta pesquisa: a desconfiança da comunidade sobre o banco e seu distanciamento da realidade de parte da população local. A percepção da representante é baseada apenas em entrevistas com protagonistas do banco e da associação, talvez por isso a questão do tráfico apareça como grande causador dessa desconfiança, sendo que nas entrevistas desta pesquisa outros fatores também foram apontados.

Outro ponto importante refere-se a leitura das agentes e dos representantes do NEGA e suas disparidades. As avaliações do Conselho da ACONVI sobre o Banco foram:

- a) Esperança de melhora para a comunidade;
- b) Preocupação sobre sustentabilidade do Banco;
- c) Importância de ter pessoal atendendo o Banco e consciência que dependem dos projetos;
- d) O Banco está indo bem, mas não como quiseram;
- e) Para a presidenta é uma gratificação pessoal ver o Banco trabalhando.

Em contraponto observa-se as percepções dos professores do NEGA:

- a) O acompanhamento começou em 2015, mas no último ano foi diminuído;
- b) Os recursos tem baixa movimentação;
- c) A equipe precisa ser fortalecida;
- d) Em outubro 2018 foi organizada uma formação para a equipe e algumas pessoas que integram o Conselho, depois não foi repetida para os novos integrantes do Conselho;
- e) Falta "controle de qualidade" das ações desenvolvidas e acompanhamento depois das formações.

Enquanto as avaliações do conselho tendem sempre ao otimismo, que muitas vezes parece ser um pré requisito para justificar o próprio trabalho, as avaliações dos representantes do NEGA atentam para detalhes práticos já citados neste trabalho. A questão aqui não é descredibilizar o otimismo, mas sim perceber a terceirização das responsabilidades quando se tende o olhar para causas externas como seus únicos limitantes. Reconhecer a importância do que está sendo feito não implica em dizer que está sendo bem feito, e focar as falhas nas limitações externas costuma atrapalhar a percepção dos meios internos para ampliação dos bons resultados e diminuição dessas falhas.

Uma revisão do projeto inicial foi elaborada ao final de 2019 pois a verba acordada não fora totalmente utilizada, o montante destinado para cada

categoria foi revisto e o planejamento para 2020 foi feito contando com o restante desses recursos não utilizados. Essa proposta foi ainda mais objetiva que a primeira, retomando os objetivos iniciais mas agora ainda mais específica com indicadores, estipulando a necessidade de sistemas de controle e estruturação de um plano de ação objetivo, ela estipula a verba que será destinada para cada curso, com o total de horas e especifica quais itens serão adquiridos para o banco, além da estruturação de um plano de trabalho para as agentes.

Para facilitar a compreensão e as interligações entre os pontos levantados nesta pesquisa como possíveis razões para o baixo engajamento da comunidade no projeto do BCD, apresentamos na próxima seção as relações entre elas de forma resumida.

4.5. A síntese do engajamento

Todos os aspectos analisados nas subseções anteriores estão interligados e reforçam a manutenção de práticas que produzem resultados diferentes dos esperados pelo projeto original do BCD. A dificuldade no estabelecimento de uma mensagem, um canal e uma linguagem que sejam efetivos são reforçados pelas desigualdades estruturais na comunidade, pelo aspecto centralizador da liderança e pela falta de representatividade na associação. A dificuldade na compreensão da independência do banco como entidade distinta da figura dessa liderança e dos outros empreendimentos de economia solidária da comunidade são reflexo dessas limitações, bem como a frustração dos membros da associação.

A falta de planejamento de médio e longo prazo, a fluidez com que os objetivos estruturais do banco são moldados por percepções simplistas, o caráter centralizador presente nas relações, a falta de clareza nas competências das agentes e dos colaboradores voluntários bem como a falta de sistemas de controle que pudessem demonstrar de maneira objetiva os resultados das ações, reforçam a sensação, bastante presente nas entrevistas, de retrabalho e esforço sem retorno.

As possíveis razões para o baixo engajamento no BCJT aqui apontadas não só se interligam e retroalimentam como podem ser identificadas em várias das reflexões teóricas trazidas neste trabalho. A comunicação referida por Zarifian (apud ANTONELLO 2010) discute a noção de entendimento recíproco, comprometimento, de entender a interdependência e complementariedade das ações, de compreender o objetivo como um todo e quais as regras a seguir para atingi-lo, condições que não estão presentes no objeto estudado.

O não atingimento desta comunicação é representado não só pela não compreensão por parte da comunidade sobre o funcionamento e papel do banco, mas primordialmente pelas falhas internas. Na ausência de entendimento do seu papel – presente na fala dos membros da associação e das agentes –, há procrastinação diante das tarefas, e a sensação de estar fazendo mais que o outro. Essa falha na comunicação se reflete e se origina da falta de controles internos, falhas estas que acabaram dificultando as relações com entidades parceiras mais organizadas, como a Nexus e o Nega.

O aspecto trazido logo a seguir, que trata da comunidade e das desigualdades, é uma mostra da crítica apontada neste trabalho acerca dos estudos sobre engajamento, que o tratam como um movimento supostamente natural diante de um problema. Durante o período da ocupação que deu origem à vila, a comunidade realmente se mobilizou para a conquista de direitos básicos.

Essa mobilização se perdeu conforme esses objetivos se tornaram mais pessoais. Atendidas as necessidades básicas de assentamento e organização, as demandas não são mais as mesmas para os diferentes atores da comunidade e as falhas na comunicação, somadas à não representatividade na associação e à não compreensão da personalidade da entidade – que se mistura com a de outros empreendimentos e com a figura da liderança local – impede o processo de identificação referenciado por Diani (2003) e Passy (1998), que seriam mecanismo importante para construir coesão e ação coletiva.

Aborda-se em seguida a questão da liderança e as questões de gestão interna. Muitas das razões deste fator ser considerado um dos causadores do baixo engajamento já aparecem ao tratar da comunicação e da percepção que a comunidade possui do banco. Além da falta da sensação de pertencimento

oriunda do processo de identificação supracitado, Caldanha e Figueiredo (2008) ressaltam em seu estudo a importância do reconhecimento e a necessidade de estima, aspectos que não são encontrados nas reuniões da associação. Além disso, aspectos basilares da economia solidária, como a autogestão, as relações de proximidade e confiança, entre outros, apontados por Singer (2000b), França Filho (2009, 2017) e Arruda (1996), não são postos em prática diante de uma liderança centralizadora.

Já os aspectos relacionados à gestão interna podem ser justificados pela trajetória tanto da liderança quanto dos demais empreendimentos de economia solidária que antecederam o banco. Porém, as ferramentas para uma melhor estruturação foram oferecidas pelo NEGA. Esse aspecto centralizador, e até mesmo autocrático em algumas situações, da liderança a qual nos referimos, não está evidenciado em comunicação agressiva ou imposições diretas, mas sim em um comportamento enraizado que não concede autonomia para os demais membros da associação, justamente pela não clareza no papel de cada um, e pela não incorporação de sistemas de gestão.

Desta forma, a centralização da tomada de decisões ocorre de forma naturalizada pela falta de clareza e objetividade na delimitação não só de tarefas, mas como de objetivos, seja no curto ou no médio e longo prazo. Iniciativas, mesmo pequenas, quando feitas de forma autônoma, no geral eram revertidas pela liderança, ocasionando retrabalho, e, por isso, inibindo que qualquer ação, mesmo que pequena, fosse levada a diante sem aprovação prévia.

Por fim, quanto aos aspectos relacionais e de estrutura interna e às questões diretamente ligadas ao projeto com a Nexus, é possível sinalizar que ao longo de todo trabalho foram aparecendo e sendo evidenciadas as questões que permeiam as relações, direta ou indiretamente. As falhas na comunicação, as dificuldades de compreensão – seja do papel do banco e seu funcionamento pelos moradores da comunidade, seja de suas funções, metas, objetivos e ferramentas disponíveis pelos membros da associação e agentes – refletem diretamente tanto na motivação dos membros da associação quanto na capacidade de engajar os moradores da comunidade. O engajamento como mudança social, sustentado por David Crowley (apud OLIVEIRA E SANTOS 2013), que descreve aquele sujeito participativo com intuito de ajudar a moldar

a comunidade e o seu futuro, precisa de um ambiente propício para se manifestar. Esse movimento foi visto nesta comunidade em diversos momentos: nas conquistas com o orçamento participativo, na união das mulheres que formaram a UNIVENS e até mesmo na origem do banco Justa Troca, mas sua presença não estava mais tão forte durante o período de pesquisa, o que fragiliza muito o projeto e coloca em risco a sua sustentabilidade.

É importante lembrar que os elementos basilares do engajamento segundo os teóricos aqui estudados, como o comprometimento, a constância e a identificação, encontram barreiras difíceis ao se confrontarem com a falta de sistemas básicos que pudessem demonstrar o resultado de suas ações, quais os pontos sensíveis a serem trabalhados, quais ações foram mais efetivas, qual o papel de cada ator envolvido, quais são as tarefas a serem realizadas e qual o objetivo de cada uma dessas tarefas (e qual a melhor forma de realizá-la quando possível).

A ausência de sistemas que fizessem emergir esses elementos de avaliação, e a própria existência de um modo organizativo horizontal e aberto para avaliar esses elementos, centraliza ainda mais o poder de decisão, desmotiva os participantes, dificulta a prestação de contas em financiamentos externos e termina prejudicando as relações com outras entidades importantes para apoio e financiamento do projeto. A falta de rigidez hierárquica de sistemas administrativos é bastante perseguida na economia solidária, porém não deve ser interpretada como ausência total de sistemas de controle, pois essa ausência burocrática dá muito espaço para autocracia.

Como decorrência da presença desses quatro elementos que minam a possibilidade de engajamento com o projeto, pode-se afirmar, respondendo ao problema de pesquisa proposto, que é baixo o engajamento tanto dos associados e agentes contratados pelo banco, quanto da própria comunidade. Tal condição coloca em risco, como já foi salientado, a sustentabilidade tanto econômica quanto política do projeto. A sustentação financeira externa tem prazo para ser finalizada, e as relações descritas no trabalho entre o banco e a organização financiadora não apontam para a possibilidade de renovação de convênio no mesmo formato. Do ponto de vista político, a ausência de

engajamento e identificação da comunidade com o projeto também fragilizam as suas perspectivas de continuidade.

Espera-se com esta pesquisa que possa haver uma reflexão cuidadosa do projeto, que tem grande potencial e relevância, mas que precisa rever seus processos de organização para alcançar seus objetivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou por problema de pesquisa avaliar o engajamento dos atores da comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida com o Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca. Para se alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, com duração de um ano, baseada em entrevistas, pesquisa documental e observação participante e os resultados apontaram não só para um baixo engajamento como também uma baixa participação nas atividades centrais do banco, além de poucos sistemas de controle para se avaliar de forma efetiva os impactos do banco na comunidade, além de um índice de inadimplência superior ao da maioria dos bancos comunitários.**⁸

Com a apresentação do histórico da comunidade, pode-se concluir que o problema não está nos atores locais, situação apontada frequentemente em reuniões da associação. A comunidade possui um histórico de lutas e de conquistas obtidas através de ações coletivas e organizadas. A avaliação dos impactos do banco na comunidade precisou ocorrer de forma mais subjetiva, através das entrevistas e da observação participante, já que os sistemas de controle do banco não eram aplicados. Este impacto foi considerado baixo perto das possibilidades existentes e da expectativa do próprio projeto com a Nexus.

As quatro limitações apresentadas neste trabalho (a comunicação; as desigualdades da comunidade e a falta de representatividade na associação; os aspectos centralizadores da liderança e as questões relacionais e de gestão interna) são consideradas basilares para o baixo engajamento da comunidade, pois não apresentam as condições previstas de engajamento – que seriam a participação continuada ou duradoura das pessoas no projeto e o compartilhamento de valores do banco. Elas foram apresentadas com suas interligações e consequências através da análise das dinâmicas com os representantes da Nexus e as alterações no projeto inicial, além de breve avaliação das dinâmicas com o NEGA.

⁸ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/02/bancos-comunitarios-perdem-apoio-do-governo-federal-e-reduzem-emprestimos-estamos-orfaos.ghtml>

Espera-se que este trabalho contribua para a discussão acadêmica dos BCD, mas que também seja tomado como objeto de autoavaliação por parte da associação, para que os nobres e importantes objetivos do projeto do BCD possam ser alcançados e colaborar na mitigação dos problemas sociais da comunidade.

As limitações desta pesquisa a princípio encontravam-se nas próprias dinâmicas do banco, com a liderança centralizadora, dificuldades de relacionamento com entidades parceiras, desconfiança dos moradores, e, por fim, possuiu o limitador externo da pandemia de COVID19.

Como agenda de pesquisas futuras recomenda-se não só mais estudos acerca do engajamento em empreendimentos de economia solidária, como consta na justificativa desta pesquisa, como um comparativo aprofundado com outros BCD's em especial para entender o que é contextual de cada comunidade e o que é comum ao tipo de empreendimento, para assim poder traçar propostas mais efetivas de crescimento e desenvolvimento dessas práticas, estudo de suma importância diante do atual cenário político de cortes de orçamento e descaso com a economia solidária. Além disso, com enfoque no BCDJT recomenda-se um estudo longitudinal daqui a dois anos, com o objetivo de acompanhar e avaliar possíveis mudanças nas práticas apontadas, bem como suas relações com entidades parceiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fonseca Manuela. **Criação e engajamento de comunidades em projetos colaborativos: um estudo de caso sobre o Vila Flores**, 2017.

ALLEN, N. J. e MEYER, J. P. **The measurement and antecedents of affective, continuance and normative commitment to the organization**. Journal of Occupational Psychology. 63, 1-18, 1990.

ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99]. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000a.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

_____; SADER, E. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

BECKER, Howard S. **Notes on the concept of commitment**. The American Journal of Sociology, v. 66, n. 1, p. 32-40, jul. 1960.

BERGAMINI, Cecília W. **Motivação: mitos, crenças e mal-entendidos**. Revista de Administração de Empresas Print version ISSN 0034-7590 Rev. adm. empres. vol.30 no.2 São Paulo Apr./June 1990.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. Ed brasiliense, 1992.

BONETTO, Helena. **Lugares invisíveis do bairro restinga: a participação política das lideranças comunitárias no orçamento participativo de Porto Alegre. Para Onde!?**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 2, p. 85-92, dez. 2014. ISSN 1982-0003.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983

_____. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel/Bertrnad, 1989.

BRAGA, M. B.; TONETO JÚNIOR, R. **Microcrédito: aspectos teóricos e experiências.** *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 69-86, mar. 2000.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira and Figueiredo, Marco Antonio de Castro. **O Voluntariado em questão: a subjetividade permitida.** *Psicol. cienc. prof.*, 2008, vol.28, no.3, p.466-479. ISSN 1414-9893

CARVALHO, Carlos E.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Diagnóstico da oferta e da demanda de serviços financeiros.** In: SANTOS, Carlos Alberto et al. (Orgs.). **O sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas.** Cap. 1. Brasília: Sebrae, 2004

COELHO, Clara Cela de Arruda; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Engajamento escolar: Efeito do suporte dos pais, professores e pares na adolescência.** *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 22, n. 3, p. 621-629, Dec. 2018.

CORAGGIO, José Luís. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho,** in Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (orgs.), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Eds.). **Social movements and networks: relational approaches to collective action.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?.** *Cadernos EBAPE.BR*, 2013.

_____. **A Economia Popular e Solidária no Brasil.** In FRANÇA FILHO, G. C. et alli. **Ação pública e Economia Solidária: uma Perspectiva Internacional.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação.** Revista Civitas, Porto Alegre, v. 7 n. 1 jan.-jun. 2007a p. 155-174.

_____. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários.** In: ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. 2, 18-20 de abril de 2007, Fortaleza, Ceará, 2007b.

_____. **Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira.** 1. ed. Fortaleza, Ce: Arte Visual, 2013.107p.

_____; DZIMIRA, S. **Economia solidária e dádiva.** Revista **Organizações & Sociedade**, Salvador, Escola de Administração/Ufba, v. 6, n. 14, jan.-abr. 1999.

_____; DURAN PASSOS, Ó. A. V. **Microfinanças, Microcrédito e Comércio Justo**, In: Gestão do Desenvolvimento e Cultura, material didático, Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008.

_____; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; LAVILLE, Jean-Louis. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** Cad. EBAPE.BR vol.2 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2004.

_____; RIGO, A. S; SILVA JÚNIOR, J. T. **Policies microcredit in Brazil: an analysis from the case of Community Development Banks (CDBs).** In: INTERNACIONAL 92 CONFERENCE ON INFORMAL ECONOMY, VULNERABILITIES AND EMPLOY. 9-10 de fevereiro de 2012. Anais..., Genebra, 2012.

_____; SILVA JUNIOR, J. Torres. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento** In: CATTANI, Antonio et alli. Dicionário internacional da outra economia. 1 ed., Coimbra: Edições Almedina, 2009, v.1, p. 31-36.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOGGIN, Judy; ADLER, P. Richard. **O que queremos dizer com engajamento cívico?**. Psicologia, Journal of Transformative Education, 2005. DOI: 10.1177 / 1541344605276792 ID do Corpus: 143699829

JAROS, Stephen J., JERMIER, John M., KOEHLER, Jerry W., SINCICH, Terry. **The Academy of Management Journal** Vol. 36, nº 5 (outubro de 1993), p. 951-995, DOI: 10.2307 / 256642

JAYO, M.; POZZEBON, M.; DINIZ, E. H. **Microcredit and innovative local development in Fortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas**. Canadian Journal of Regional Science: Canadian. V. 6, edição 1, 115p.

KELLY, A. Vera Lúcia; FONSECA, D.P. Ana Carolina. **O papel social do microcrédito: estudo sobre projeto CDD Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 24, n. 77, 1-24, e-67268, 2019.

MACEY, William H., SCHNEIDER, Benjamin, **The Meaning of Employee Engagement Industrial and Organizational Psychology**, v. 1, 2008.

MEDEIROS, C. A. F.; ALBUQUERQUE, L. G.; SIQUEIRA, M. e MARQUES, G. M. **Comprometimento organizacional: o estado da arte da pesquisa no Brasil**. In: ENANPAD 2002, Salvador. Anais do 26o Encontro da Anpad – Organizações / Comportamento Organizacional - CD-ROM, 2002.

MELO NETO, J. J. ; MAGALHAES, S. . **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MEYER, John P.; ALLEN, Natalie J. ;SMITH, Catherine A. **Commitment to organizations and occupations: extension and test of three-component conceptualization**. Journal of Applied Psychology, v.78, n.4, 1993.

MOWDAY, R. T., PORTER, L. W. e STEERS, R. M. **Employee-Organization linkages – the psychology of commitment, absenteeism and turnover**. New York. Academic Press. 1982.

MORAES, Josy, MARIANO, R.H Sandra, MANCEBO, Cuba Rafael e NARITOMI, Hugo. **Função e Multiplicação de Bancos Comunitários**. Revista RIGS maio/ago 2014 v.3n.2 p161-168 ISSN 2317-2428.

MOURA, Maria Suzana; LOIOLA, Elizabeth; LIMA Ana Luiza de Codes. **Perspectivas da Gestão Local do Desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre**. VIII Encontro Anual do ANPUR. Porto Alegre 1999.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. **Tramando certezas e esperança**, 1ed. São Leopoldo: Oikos LTDA 2014.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM GESTÃO ALTERNATIVA (NEGA). **A construção dos bancos comunitários de desenvolvimento em Porto Alegre. O banco comunitário Justa Troca**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Documento eletrônico.

OLIVEIRA, Raquel Gomes de, SANTOS, Luciana de Fátima Pinto. **Internet como alternativa para o engajamento cívico – reflexões sobre o caso das ongs** *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. E-ISSN 2175-4977, v.12, n 23, 2013.

OLIVEIRA, Wilson J. **Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 49-77, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, T. N. **Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG-RO**. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, RS, v. 5, n. 2, p. 277-295, maio/ago. 2012.

PASSOS, Elizete. **Ética e psicologia: teoria e prática**. São Paulo, Vetor, 2007.

PASSY, Florence. **L'action altruiste: contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux**. Genève: Librairie Dorz, 1998.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Research and Evaluation Methods**. Califórnia: Sage Publications, 2002.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; MARIN, Alda Junqueira. **Trajetória social, habitus e engajamento no trabalho escolar**. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 45, e188255, 2019.

POCHMANN, Marcio. **Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano**. Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 85, p. 7-19, Dec. 2015

RENNÓ, Lúcio R. **Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba: UFPR, nov 2003, n21 p. 71-82.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

_____, FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária**. Cad. EBAPE.BR, Mar 2017, vol.15, no.1, p.169-193. ISSN 1679-3951.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**, São Paulo: Atlas, 1999.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. **Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses**. Sociologias, v. 13, n. 28, p. 200255, 2011

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Editora Schwarcz LTDA, 1999.

_____. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERVET, J. M. **Le principe de réciprocité aujourd’hui: un concept pour comprendre et construire l’économie solidaire**. In: HILENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). Socioéconomie et démocratie: l’actualité de Karl Polanyi. Toulouse, França: Éres, 2013. p. 187 a -213, 2013.

SILVA, W. A. C., Fonseca, R. F., & Santos, A.O. **Microbusiness development and quality of life of microentrepreneurs’s families**. Revista de Administração Mackenzie, 17(4), 2016

SINGER, Paul, MACHADO, João. **Economia socialista**. Fundação Perseu Abramo, 2000b.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____; SOUZA, A. R. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, C. L. B.. **Moeda Social**. In: CATTANI, Antonio et alli. Dicionário internacional da outra economia. 1 ed., Coimbra: Edições Almedina, 2009, v.1, p.255-259.

_____. **Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)** – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOUZA SANTOS, B. de (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

ZOUAIN, D.; BARONE, F. M. **Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v.41, n.2, p. 369-80, mar.- abr./2007.